

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Aline da Silva Guterres

**A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS PROCESSOS CRIMES
FEMININOS EM SANTA MARIA/RS VIA ACESSO DIGITAL**

Santa Maria, RS

2019

Aline da Silva Guterres

**A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS PROCESSOS CRIMES FEMININOS
EM SANTA MARIA/RS VIA ACESSO DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquivologia, da
Universidade Federal de Santa Maria,
como requisito parcial para obtenção do
título de **Bacharel em Arquivologia**.

Orientadora: Profª Drª. Fernanda Kieling Pedrazzi

Santa Maria, RS
2019

Aline da Silva Guterres

**A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS PROCESSOS CRIMES FEMININOS
EM SANTA MARIA/RS VIA ACESSO DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Arquivologia**.

Aprovado em 05 de dezembro de 2019:

Fernanda Kieling Pedrazzi, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Glauca Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Sônia Elisabete Constante, Dra. (UFSM)

RESUMO

A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS PROCESSOS CRIMES FEMININOS EM SANTA MARIA/RS VIA ACESSO DIGITAL

AUTORA: Aline da Silva Guterres
ORIENTADORA: Fernanda Kieling Pedrazzi

Esta pesquisa é de caráter documental, descritiva e exploratória pois baseia-se em documentos ainda não tratados analiticamente, visando descrever as características de determinada população e entendê-las. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida em área onde existe pouco conhecimento estruturado (Gil, 2002;2007). Desta forma, o objetivo geral surgiu a partir do questionamento: Assim, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de usabilidade da descrição arquivística no acervo digital do AHMSM em casos de crimes femininos em Santa Maria (RS), nos anos de 1910 a 1946? Para isto foram acessados digitalmente os processos criminais do Fundo Comarca de Santa Maria (FCSM), pertencente ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Dos 604 processos totais, 29 apresentam mulheres como suspeitas de praticar crimes entre eles os praticados juntamente com homens e apenas 14 apresentam somente mulheres como suspeitas ou investigadas. Apresenta-se como objetivos específicos: selecionar os processos criminais em que somente as mulheres foram as suspeitas ou réis, entre os anos de 1910 a 1946, de acordo com a metodologia adotada no Acervo Digital; perfilar as acusadas, por meio de dados sociais registrados nos processos e verificar a usabilidade do Acervo Digital com base neste estudo específico. O interesse para esta pesquisa se deu pela motivação de outros trabalhos da temática, como um Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que abordou a importância da descrição arquivística dos processos, Trabalho encontrado no Laboratório de Arranjo, Descrição e Memória da Universidade e de um produto de dissertação do Mestrado de Patrimônio Cultural da mesma instituição, encontrado no repositório digital, Manancial. Os processos criminais, alvo da pesquisa, estão disponíveis na sede do arquivo, localizada na Rua Appel n.º 900, no Bairro Nossa Senhora de Fátima e também no *site* Acervo Digital, por meio de seus representantes digitais. Ao demonstrar a relevância dos arquivos judiciais para fonte histórica, ficou evidente que a descrição arquivística é capaz de potencializar o acesso ao facilitar a pesquisa e informar/divulgar ao cidadão comum um conjunto documental passível de investigação histórica. A elaboração e publicação destes instrumentos funcionam para pesquisador (a) ao cidadão comum como um convite as histórias que ali são descritas, identificadas e resumidas, são obras destinadas a difusão do acervo e por consequência da própria instituição.

Palavras-chave: Arquivo Histórico Municipal. Processos Crimes Femininos. Descrição Arquivística.

RESUMEN

DESCRIPCIÓN ARQUIVÍSTICA Y PROCESOS DE CRIMEN FEMENINO EN SANTA MARIA / RS VIA ACCESO DIGITAL

AUTORA: Aline da Silva Guterres
ASESORA: Fernanda Kieling Pedrazzi

Esta investigación es documental, descriptiva y exploratoria, basada en documentos que no son tratados analíticamente, con el objetivo de ignorar las características de una población y comprensión determinadas. Es una investigación realizada en el área donde existe una estructura estructurada (Gil, 2002; 2007). Esta forma, o propósito general, surgió de la pregunta: Por lo tanto, la investigación actual o el problema de seguimiento: ¿qué nivel de usabilidad de la descripción arquitectónica no genera AHMSM digital en casos de delitos femeninos en Santa María (RS), 1910-1946? Para este proceso de acceso digital, los casos penales en la región de Santa María (FCSM) son relevantes para el Archivo Histórico Municipal de Santa María (AHMSM). Dos 604 casos completos, 29 llevan a mujeres suspendidas a cometer crímenes entre ellas, junto con hombres, y solo 14 presentan mujeres sumisas suspendidas o investigadas. Los objetivos específicos son: seleccionar casos penales que presenten fondos extranjeros suspendidos, entre 1910 y 1946, de acuerdo con la metodología no proporcionada con el Enfoque digital; El perfil del acusado, a través de datos sociales registrados, nos demandó y verificó la usabilidad de la Colección Digital como base para este estudio específico. O el interés en esta investigación se debe a la motivación de otros trabajos temáticos, como el Trabajo de Conclusión del Curso de Arqueología de la Universidad Federal de Santa María (UFSM), que aborda la importancia de dos procesos, Trabajo no encontrado en el Laboratorio de Arreglos, Descripción y Memoria de la Universidad y un producto de disertación del Máster en Patrimonio Cultural de la misma institución, repositorio digital no encontrado, Fuente. Los procesos penales, que son el objetivo de la investigación, están disponibles en la sede de los archivos, ubicada en Rua Appel nº 900, no en el barrio Nossa Senhora de Fátima y también en el sitio web de Acervo Digital, a través de seis representantes digitales. Para demostrar al alivio dos archivos judiciales de fuentes históricas, es evidente que en una descripción arquitectónica puede mejorar o acceder o facilitar la investigación e informar / difundir un conjunto documental de documentos de investigación histórica. La elaboración y publicación de estos instrumentos trabaja para el investigador al ciudadano común, ya que se ocupa de las historias descritas, identificadas y resumidas, solo obras destinadas a la difusión de la colección y como resultado de la propia institución.

Palabras clave: Archivo Histórico Municipal. Procesos Penales Femeninos. Descripción de archivo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.....	17
Figura 2 – Capa do Guia de Fontes: Acervos Fotográficos de instituições de Santa Maria (2017).....	17
Figura 3 – Faixa etária das acusadas entre 1910 a 1945.....	41
Figura 4 – Crimes cometidos por mulheres entre 1910-1945.....	42
Figura 5 – Cor das acusadas.....	44
Figura 6 – Nacionalidade das acusadas.....	45
Figura 7 – Estado Civil das acusadas.....	46
Figura 8 – Atividade/profissão das acusadas.....	47
Figura 9 – Sentença das acusadas.....	48
Figura 10 – Página inicial do <i>site</i> do AHMSM.....	53
Figura 11 – Página inicial da base de dados do Acervo Digital do AHMSM.....	54
Figura 12 - Menu de navegação do Acervo Digital.....	55
Figura 13 – Resultados da pesquisa do termo “VICTÓRIA”	57
Figura 14 – Página de acesso ao Processo 02.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processos criminais em que mulheres são as principais envolvidas.....	39
Quadro 2 - Processos criminais em que mulheres são as rés.....	40

LISTA DE SIGLAS

AHMSM	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
AMARQHIST	Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Santa Maria
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CPD	Centro de Processamento de Dados
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
FCSM	Fundo Comarca de Santa Maria
IHGSM	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PPGPC	Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Questionário sobre o Acervo Digital do Arquivo	
Histórico 1.....	61
Apêndice B - Questionário sobre o Acervo Digital do Arquivo	
Histórico 2.....	62
Apêndice C - Ficha de Análise dos Processos Criminais.....	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	DELIMITAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVO GERAL.....	11
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.4	JUSTIFICATIVA	12
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	12
2	CONTEXTO DE ESTUDO	14
2.1	ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA	14
2.1.1	Fundo Comarca de Santa Maria	18
2.1.1.1	<i>Processos Criminais do FCSM</i>	18
2.2	ACERVO DIGITAL DO AHMSM.....	20
3	REVISÃO DE LITERATURA	22
3.1	ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO FONTE HISTÓRICA	22
3.1.1	Arquivos judiciais como fonte histórica	23
3.2	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	24
3.2.1	Normas de Descrição Arquivística	26
3.3	A MULHER COMO TEMA DE PESQUISA.....	29
3.3.1	A mulher brasileira na primeira metade do século XX	29
4	METODOLOGIA	34
4.1	RECORTANDO O UNIVERSO DOS PROCESSOS DO AHMSM	36
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1	ANÁLISE DOS PROCESSOS CRIMINAIS VIA ACESSO DIGITAL.....	38
5.2	APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO ACERCA DA USABILIDADE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ACERVO DIGITAL.....	50
5.3	A EXPERIÊNCIA EM PESQUISAR NO ACERVO DIGITAL	503
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO HISTÓRICO 1	61
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE O ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO HISTÓRICO 2	62
	APÊNDICE C – FICHA DE ANÁLISE DOS PROCESSOS CRIMINAIS	63
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), a partir da pesquisa em processos criminais que investigaram crimes entre os anos de 1910 a 1946 em que somente mulheres foram consideradas as suspeitas de praticá-los. Esses períodos refletem a produção documental da Comarca de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), órgão do Poder Judiciário do RS.

No AHMSM, os processos criminais pertencem ao Fundo Comarca de Santa Maria (FCSM), conjunto documental proveniente do Fórum da cidade doado ao arquivo, que hoje custodia e disponibiliza para pesquisa, de forma presencial e remotamente pela *internet*, pela página Acervo Digital do AHMSM¹.

A contextualização histórica da época aponta dados da criação do AHMSM criado pelo Prefeito Vidal Castilho Dania, através da Lei número 784 de 22 de dezembro de 1958. O AHMSM é constituído de um acervo documental do Poder Público Municipal, um acervo bibliográfico, um acervo iconográfico, uma hemeroteca, uma mapoteca, uma coleção de moedas e a coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria (IHGSM).

1.1 DELIMITAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A pesquisa em questão limita-se aos processos criminais pertencentes ao FCSM que trazem crimes em que mulheres são suspeitas ou réus, durante os anos de 1910 a 1946.

Para Bacellar (2008), os processos criminais possibilitam traçar um perfil social do criminoso e da vítima, entender a relação com a vizinhança, as desavenças e até mesmo a história e evolução dos códigos penais. Por isso, pesquisas e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que definiram como tema de estudo, os processos do Arquivo, com diferentes perspectivas confirmam o potencial de fonte histórica dessa documentação.

¹Disponível em:

<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/>. Acesso em: 09 fev. 2019.

A referida pesquisa, com base nos processos criminais, protagonizados por mulheres, busca apresentar um perfil social delas, identificando os crimes, assim como dados sociais como faixa etária, profissão, escolaridade, estado civil, cor e a sentença de cada uma das acusadas.

Assim, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de usabilidade da descrição arquivística no acervo digital do AHMSM em casos de crimes femininos em Santa Maria (RS), nos anos de 1910 a 1946?

1.2 OBJETIVO GERAL

O presente estudo tem como objetivo geral apontar a usabilidade da descrição arquivística através da ferramenta ICA-AtoM para a pesquisa da criminalidade feminina por meio dos processos criminais do Acervo Digital do AHMSM.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresenta como objetivos específicos:

- selecionar os processos criminais em que somente as mulheres foram as suspeitas ou réus, entre os anos de 1910 a 1946, de acordo com a metodologia adotada no Acervo Digital;
- perfilar as acusadas, por meio de dados sociais registrados nos processos;
- verificar a usabilidade do Acervo Digital com base neste estudo específico.

1.4 JUSTIFICATIVA

Estudos realizados anteriormente, por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que utilizaram dos processos criminais do AHMSM, motivaram e auxiliaram a investigação nesses processos. Dentre os estudos, destacam-se: o Trabalho de Conclusão de Curso² de Arquivologia de Leticia da Silva Fausto³, com a investigação nos processos criminais que continham crimes praticados contra as mulheres, que pode ser encontrado no Laboratório de Arranjo, Descrição e Memória do Curso de Arquivologia da UFSM e a dissertação⁴ de Mestrado em Patrimônio Cultural de Janilton Fernandes Nunes⁵, que apresentou um catálogo genérico, contendo todos os processos do Arquivo.

Constatou-se a partir da investigação em fontes, que o desenvolvimento de elaboração de mais trabalhos com esta temática é importante pois amplia as fontes históricas e divulga com um diferente olhar novas ênfases dos processos criminais protagonizados por mulheres. Sobretudo, o acervo da instituição oferece a comunidade a oportunidade de adquirir novos conhecimentos sobre descrição arquivística de acordo com a normalização arquivística brasileira.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo se deu a partir da seguinte estrutura:

O primeiro capítulo contém a introdução contextualizando a origem dos processos criminais em Santa Maria (RS) entre os anos de 1910 a 1946, período de produção documental da Comarca de Santa Maria (RS) e que está disponível

² A importância da descrição arquivística dos processos crimes para a história das mulheres Santamarienses no Estado Novo, RS. 2013.

³ Mestre em História pela UFSM (2015).

⁴ Fundo Comarca de Santa Maria (1910-1946): A digitalização como auxílio ao acesso e a preservação do patrimônio documental. 166 p. 2014.

⁵ Professor assistente na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bacharel em Arquivologia pela UFSM, (2012), Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM (2014) e doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Segundo texto informado pelo autor. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1866467551152261>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

no Arquivo. Ainda são apresentados a delimitação e formulação do problema, objetivos e justificativa.

O segundo capítulo traz o contexto de estudo apresentando a instituição que custodia a documentação investigada por meio dos subcapítulos Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) e Acervo Digital do AHMSM.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia que trata do caminho utilizado para desenvolvimento da pesquisa, caracterizando-se o tipo de pesquisa, os procedimentos utilizados para a coleta de dados, bem como as etapas seguidas e recursos utilizados para desenvolvimento do estudo.

No quarto capítulo é apresentada a revisão de literatura. Por meio dos subcapítulos: *4.1 Arquivos da Administração Pública como fonte histórica* e *4.1.1 Arquivos Judiciais como fonte histórica* aborda-se como os documentos encontrados nestas instituições podem contribuir para a investigação histórica. Em *4.2 Descrição Arquivística* e *4.2.1 Normas de Descrição Arquivística* aponta-se a importância de elaborar instrumentos de pesquisa, tanto os globalizantes quanto os específicos, tendo como efeito uma divulgação ampla do conjunto mental e por consequência da instituição. Por fim, em *4.3, A mulher como tema de pesquisa* e, em *4.3.1, A mulher brasileira na primeira metade do século XX*, que resumidamente apresenta o comportamento, participação e influência das mulheres que viviam neste período.

O quinto capítulo há a apresentação dos resultados e a discussão das informações levantadas nesta pesquisa.

E no sexto capítulo são redigidas algumas considerações finais, apresentando uma síntese do estudo, uma breve reflexão e as conclusões da investigação.

2 CONTEXTO DE ESTUDO

Neste capítulo são apresentadas maiores informações sobre a instituição arquivística que custodia os processos criminais investigados, o AHMSM.

2.1 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

O AHMSM foi criado pelo Prefeito Vidal Castilho Dania, através da Lei número 784 de 22 de dezembro de 1958, é um órgão do poder executivo municipal, destinado a conservar todos os objetos e documentos relativos à história do município de Santa Maria.

Embora tenha sido criado em 1958, foi somente em 1992, ou seja, 34 anos depois, que:

[...] o prefeito Evandro Behr, assinou a Lei N.º 3.568 de 1992, onde o Arquivo Histórico passou a fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Município de Cultura. A partir desta data, o órgão começou a funcionar de forma desvinculada da Biblioteca e foram transferidos os documentos, jornais, revistas, folhetos, para integrar o acervo da instituição. (SILVA et al., 2017, p.29)

Dessa forma, com a criação dessa lei foram estabelecidas algumas competências, dentre as quais, pode-se citar:

- a) a proteção do patrimônio documental histórico;
- b) levantamento e coleta dos dados históricos arquivísticos;
- c) a guarda e conservação permanente dos documentos sendo vedada a sua distribuição parcial ou total;
- d) a organização dos documentos de acordo com as diretrizes oficiais que disciplinam a matéria, a regulamentação do acesso aos documentos;
- e) a descrição e divulgação do seu acervo através de instrumentos próprios.

O Arquivo faz parte do Centro Integrado de Cultura Evandro Behr, composto pela Biblioteca Municipal de Santa Maria e pelo Museu de Arte de Santa Maria e está localizado na Rua Appel, n.º 900, no Bairro Nossa Senhora de Fátima em Santa Maria.

Para a Lei n.º 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, os arquivos públicos são:

[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual; do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, 1991, art. 7)

A Lei ainda os identifica como correntes, intermediários e permanentes. O AHMSM é considerado permanente pois apresenta conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

A instituição do acervo documental do Poder Público Municipal o AHMSM, se legitima pelos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário.

A referida documentação é proveniente de recolhimento ou doações, disponibilizada para consulta, sendo a maioria reunida em fundos. De acordo com o Arquivo Nacional (2005, p.97), fundo é “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo [...]”.

A documentação da administração pública encontrada no AHMSM é, segundo Silva e outros autores (2017, p. 37), dividida em:

Poder Legislativo: Câmara Municipal (1868 – 1889)
Poder Executivo: Junta Intendencial (1889-1892)
Poder Executivo: Intendência (1892- 1929)
Poder Executivo: Prefeitura Municipal (1930-)
Poder Judiciário: Processos Criminais (1910-1946).
(SILVA et al., 2017, p. 37)

O Arquivo também custodia e disponibiliza para pesquisa:

- a) um acervo bibliográfico, que dispõe de obras que contam a história do município;
- b) um acervo iconográfico, com aproximadamente 3.500 fotografias que registram a cidade e região;
- c) uma hemeroteca constituída por jornais municipais, nacionais e internacionais;
- d) um acervo cartográfico constituído por mapas da região, uma coleção de moedas nacionais desde 1889 a 1986;

e) a coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria (IHGSM), fundado em 1960 que tinha como objetivo promover o estudo de assuntos como História, Geografia, Arqueologia e ainda a pesquisa sobre a vida de cidadãos ilustres da região e do Estado.

Entre os serviços ofertados pelo AHMSM destacam-se a pesquisa e o atendimento na sede, que são gratuitos e devem ser agendados, além das atividades de difusão como as visitas orientadas realizadas com turmas de escolas públicas e particulares, alunos de graduação e pós-graduação; exposições itinerantes e eventos como os Encontros com Pesquisadores, Contação de Histórias e Uma Noite no Museu.

O AHMSM dispõe de uma associação, a Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Santa Maria, a AMARQHIST, uma entidade civil de direito privado, criada em 2010, com objetivo de elaborar e coordenar projetos de preservação e divulgação do acervo do mesmo.

De acordo com Silva e outros autores (2017) os usuários do AHMSM podem ter acesso aos seguintes instrumentos de pesquisa:

- Guia preliminar de fontes, elaborado em agosto de 1997, por Maria Medianeira Padoin e Marta Rosa Borin;

- Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, pelos autores Jorge Eduardo Enríquez Vívar, Rosani Beatriz Pivetta da Silva e Glaucia Vieira Ramos Konrad, edição de 1999;

- Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Figura 1), edição de 2017, pelos autores Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Raone Somavilla, Glaucia Vieira Ramos Konrad e Cassio Lütz Dornelles;

Figura 1 – Capa do Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (2017)



Fonte: A autora

-Guia de Fontes: Acervos fotográficos de instituições de Santa Maria, RS, elaborada por Eliete Rabaioli Camargo, produzido como resultado de sua dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural, pela UFSM, em 2017, acessível pela *internet*, cuja capa pode ser vista na Figura 2;

Figura 2 – Capa do Guia de Fontes: Acervos fotográficos de instituições de Santa Maria, RS, 2017



Fonte: Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/dag/images/Fotosnoticias/Guia%20fotografico%20de%20Santa%20Maria%202017.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

Este instrumento, apresentado na Figura 2, reúne dados do AHMSM e de outros espaços de memória de Santa Maria.

2.1.1 Fundo Comarca de Santa Maria

O Fundo Comarca de Santa Maria (FCSM) ou dos Processos Judiciais é um conjunto documental composto por aproximadamente 604 processos criminais, produzidos entre os anos de 1910 a 1946, pertencentes ao Fórum de Santa Maria – RS, doados ao AHMSM por meio de um despacho em 15 de agosto de 1939, segundo Silva e outros autores (2017).

2.1.1.1 Processos Criminais do FCSM

A documentação proveniente de órgão do âmbito da Justiça, como Grinberg (2015) enfatiza, deveria estar localizada em órgãos de guarda documental relativos à atividade do judiciário, no entanto, sabe-se que podem ser encontradas em várias instituições, como é o caso dos processos que estão hoje alocados no AHMSM.

Grinberg (2015, p. 126), apresenta os processos criminais como:

[...] fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como ‘mecanismos de controle social’, marcados pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão.

Para o vocabulário jurídico, o conceito de processo penal afirma ainda mais aspecto disciplinador e controlador, pois é conceituado como:

“[...] Instrumento apropriado para a composição de litígios penais, uma vez que abrange um conjunto de atos imprescindíveis para a movimentação da ação do poder judiciário para reunir provas, constituir culpa, impor penas àquele que cometeu o delito” (DINIZ, 1998, p. 769).

Os processos constituem um conjunto documental indivisível já que refletem todas as fases de uma investigação criminal, descrevem as ações de seus participantes, como os réus ou rés e as vítimas, por meio do registro de suas falas pelos escrivães, permitindo o conhecimento da motivação dos crimes, suas sentenças e punições de acordo com a legislação da época. Os atos criminosos dispostos nos processos criminais do FCSM entre o período de 1910 e 1940 estavam de acordo com o Código Penal de 1890 que vigorou até 1940 durante o Estado Novo. Após esta data, o Código Penal vigente foi o de Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que repercute nos demais anos que abrange o conjunto dos processos aqui focalizados (até 1946).

Para Grinberg (2015), o processo criminal inicia com a queixa ou denúncia de um crime, quando instituído o sumário de culpa. Anteriormente, é realizado o inquérito policial afim de comprovar a existência de um crime, que após verificado pode ser denunciando pela vítima, promotores ou delegados. Após são realizados o auto de corpo de delito, a qualificação do acusado e das testemunhas. O sumário termina com o pronunciamento do juiz, alegando o prosseguimento do processo, caso existam informações suficientes para pronunciar o acusado ou em caso contrário, o encerramento do processo.

A segunda fase do processo é constituída pelo julgamento:

[...] o juiz de direito autoriza e encaminha a sequência do processo, na seguinte ordem: *libelo* crime acusatório redigido pelo promotor público, *contrariedade do libelo* crime acusatório feito pelo advogado defensor do réu, novo parecer do juiz de direito. Quando o juiz se dá por satisfeito com os argumentos apresentados por ambas as partes, ele encaminha os autos para a reunião seguinte do júri [...]. Quando não, ele pode solicitar mais provas, ou o advogado ou promotor podem recorrer uma ação da outra parte, interpondo recursos e fazendo novas petições. Ao fim, a *sentença* é proferida. (GRINBERG, 2015, p. 122).

Resumidamente, os processos crime do AHMSM foram criados seguindo esta sequência, o que pode ser observado inclusive pelos documentos que os compõem. O conjunto documental pode ser acessado pelo usuário do AHMSM para pesquisa presencialmente e/ou remotamente. Na sede da Instituição, o acesso é livre, sendo permitido fotografar as peças dos processos, mas desde que sem uso do *flash*, conforme normas de pesquisa vigentes no Arquivo. Os processos estão acondicionados em caixas-arquivos, dispostos em ordem numérico-cronológica.

Quanto a pesquisa remota, a mesma é feita através do sistema de descrição arquivística, disponível na página do Arquivo na *internet*, como já mencionado anteriormente.

2.2 ACERVO DIGITAL DO AHMSM

O AHMSM é composto também por um Acervo Digital, acessado pela página da instituição ou por meio de um *link* na página da Prefeitura Municipal de Santa Maria, no qual qualquer usuário conectado à internet realiza sua pesquisa. O *site* é composto por uma base de dados, que segundo a própria instituição, é “um repositório de informações sobre o acervo arquivístico de valor permanente do Arquivo [...]”⁶. Nele, o pesquisador tem acesso aos representantes digitais⁷ dos fundos:

-Processos Crime da Comarca de Santa Maria (1910-1946), contendo mais de 600 processos criminais digitalizados que, segundo Nunes (2014), totalizam cerca de 77.000 imagens;

- Acervo Fotográfico de Santa Maria (1890-2000), contendo 3.100 fotografias, produzidas e acumuladas pela Prefeitura Municipal de Santa Maria ao longo dos anos⁵.

A criação da página *web* foi resultado da parceria do Arquivo com o Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM, que em 2012 aprovou dois projetos responsáveis pela elaboração do sistema de descrição arquivística *on-line*.

De acordo com Guerra (2012), os dois projetos que se envolveram no Sistema de Descrição do AHMSM eram denominados: “Arquivo Histórico: A preservação e a criação de um instrumento de pesquisa para os processos crime da comarca de Santa Maria 1910 – 1946”, na época tendo como responsável o então mestrando Janilton Fernandes Nunes⁸ e “Uso do ICA-AtoM como

⁶ Disponível em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁷ Um representante digital é “[...] a representação em formato de arquivo digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido originalmente em formato de arquivo digital (born digital)”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS,2010).

⁸ Ambos os pesquisadores, hoje mestres, atuam como docentes universitários. O professor Janilton está na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) de São Borja (RS) e é o atual

ferramenta para descrição, difusão e acesso: estudo de caso do Arquivo Histórico”, do também mestrando na época Dhion Carlos Hedlund⁷.

A descrição disponível na página foi elaborada pela equipe dos projetos e, atualmente é acessada através do aplicativo ICA-AtoM, em sua versão 1.3, que é um *software* livre de descrição arquivística “fundamentado em ambiente web, aplicativo de código aberto baseado em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngue, ambiente multiarquivos.”⁹. O aplicativo é baseado nas normas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e sua sigla em inglês, quando traduzida significa Conselho Internacional de Arquivos-Acesso à Memória¹⁰. De acordo com Nunes (2014), para ser utilizado este *software* foi localizado num servidor. O local escolhido foi o Centro de Processamento de dados (CPD) da Prefeitura Municipal de Santa Maria pois garantiria, entre outras coisas, estabilidade e acesso rápido.

Durante o projeto que envolvia a digitalização e descrição dos processos criminais, segundo Nunes (2014), o aplicativo ganhou uma nova versão, a 2.0 que passou a ser chamada apenas por AtoM, no entanto a versão que foi mantida no *site* do Arquivo é a 1.3, conhecida como ICA-AtoM, pois já estava sendo implementada na maior parte do projeto.

Segundo Jacques (2013), o site e o Acervo Digital foram lançados em dezembro de 2013.

presidente da AMARQUIST, e o professor Dhion na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em Rio Grande (RS).

⁹ Disponível em: <https://wiki.ica-atom.org/What_is_ICA-AtoM%3F/pt>. Acesso em: 11 set. 2019.

¹⁰ Texto original: *International Council on Archives - Access to Memory*.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico da pesquisa.

3.1 ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO FONTE HISTÓRICA

As fontes documentais são parte significativa das contribuições para a investigação histórica, muitas delas se encontram em instituições arquivísticas, de diversas naturezas, pública, relativas as funções dos três poderes, ou privada, como consequência das atividades de particulares.

Para Samara e Tupy (2007), as fontes documentais encontradas nesses locais não correspondem a verdades absolutas, mas sim núcleos de referência ao pesquisador, porque atualmente esta visão não corresponde, visto que pesquisadores desconstroem seu conteúdo e investigam em jornais, livros, filmes, documentários, pela história oral, televisão, *internet*, entre tantos outros meios.

Bacellar (2008) aponta as principais instituições arquivísticas que custodiam acervos de caráter permanente, indicando possíveis documentos encontrados em cada uma delas. Como exemplo cita os arquivos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para Bacellar (2008), os documentos oriundos da esfera do Poder Executivo são geralmente encontrados em Arquivos Públicos Municipais e Estaduais, e no Arquivo Nacional. Entre os documentos usados para pesquisa nesta esfera citados pelo autor, destaca-se alguns:

- a) as correspondências, os ofícios e requerimentos, trocados entre autoridades ajudam a entender questões da administração pública;
- b) as listas nominativas de habitantes traçam as condições dos domicílios, as mudanças na estrutura das famílias como a saída dos filhos de casa e a posição da mulher;
- c) os documentos sobre imigração e núcleos coloniais recuperam o cotidiano dos imigrantes;
- d) matrículas e frequência de alunos, identificam quem eram as crianças que estudavam e permaneciam na escola;

- e) os documentos de polícia quando acumulados no Império e na República, permitem traçar um perfil social do contraventor da ordem pública ou da lei;
- f) os documentos de obras públicas, como projetos, plantas e fotografias, refletem os investimentos da administração pública.

Bacellar (2008) traz alguns trabalhos oriundos destas fontes, como o seu próprio estudo que acompanhou os domicílios dos senhores-de-engenho, identificando-se as estratégias quanto a propriedade fundiária e a transmissão de bens aos seus descendentes. Para tanto, utilizou das listas nominativas de habitantes, documentos referentes ao Poder Executivo.

As instituições do Poder Legislativo têm atraído pesquisadores, como Bacellar (2008) exemplifica, com a consulta as atas de sessões permitem acompanhar as discussões de projetos entre os deputados, vereadores ou senadores. Entre os trabalhos oriundos dos arquivos do Poder Legislativo, há o trabalho de Célia Maria Marinho de Azevedo, “Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX”, trabalho de 1987. Nele a autora, por meio dos debates parlamentares, aborda o problema da escravidão e o negro na sociedade brasileira.

3.1.1 Arquivos Judiciários como fonte histórica

Para Bacellar (2008), os arquivos do Poder Judiciário são usados para pesquisa por meio de inventários, testamentos e processos criminais, crime ou cíveis. Os inventários permitem entender a transmissão do patrimônio ao longo das gerações, os testamentos permitem avaliar as últimas vontades no que diz respeito ao destino de seus bens, podendo ser destinados a filhos e filhas com diferentes valores, a conhecidos e até escravos.

Já os processos criminais, alvo desta pesquisa, elaborados para o cumprimento da investigação criminal, são tratados hoje, por serem oficiais, como uma amostra da realidade, destacando os problemas sociais enfrentados por aqueles que cometiam os crimes e suas vítimas. Samara e Tupy (2007, p.103) corroboram, ao dizer: “Analisados em seqüência(sic) temporal, permitem acompanhar as transformações ocorridas na mentalidade coletiva e no próprio direito penal.”

Bacellar (2008) indica o trabalho de Boris Fausto, “Crime e cotidiano – a criminalidade em São Paulo (1888 -1924)”, que trabalhou com documentação judiciária para traçar um perfil da criminalidade de São Paulo, pesquisando em processos do Tribunal de Justiça, no final do século XIX, e início do século XX.

Para Campos (2001, p. 42-43) processos criminais permitem:

[...] a desconstrução do passado, o reconhecimento das diferenças que o passado acaba por revelar, as normas e os valores sociais instituídos em seus diferentes contextos, as relações cotidianas estabelecidas entre os gêneros, às normas e regras de conduta social, assim como o seu contrário.

Dessa forma, estes documentos permitem acompanhar as transformações ocorridas ao longo do tempo, sejam elas sociais, econômicas ou políticas. Nos trazem aspectos referentes a homens e mulheres, sendo a maioria pertencente a classe popular, pois através dos depoimentos dos envolvidos é possível recuperar o cotidiano da população. Isto ocorre devido a detalhamento de informações contidas neles, como a relação com a vizinhança, as inimizades que resultavam muitas vezes em conflitos, a composição familiar e sua forma de sustento, entre outros aspectos sociais.

No entanto, Grinberg (2015), salienta que o estudo dos processos também requerem o estudo da legislação em vigor da época, para entendimento das fases dos processos, das sentenças e punições. A autora ainda destaca o caráter controlador do processo, pois os registros e as fases descritas ali são feitos por intermediadores, os escrivães responsáveis por registrar nos autos os depoimentos do réu, vítimas e testemunhas decidindo o que constaria nos autos, de acordo com a legislação.

3.2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Os processos crime, foco da presente pesquisa possibilitam o estudo nas mais diversas áreas, sejam nas ciências sociais, econômicas, jurídicas ou políticas. Como exemplos, foram citados alguns trabalhos oriundos destas fontes nos capítulos anteriores. No entanto, para acesso dessas fontes, anteriormente se fez necessário a atividade denominada descrição arquivística, que segundo Lopez (2002, p. 12):

[...] garante a compreensão ampla do conteúdo do acervo, possibilitando tanto o conhecimento, como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação.

Em um arquivo que abriga muitos fundos ou subfundos, por exemplo, a descrição orienta os usuários nas mais diferentes pesquisas pois identifica quais documentos pertencem ao acervo, os organiza de acordo com seu contexto e resume seus conteúdos, tornando a busca mais clara, precisa e rápida.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), a descrição é conceituada como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 67). Esta atividade é comum aos arquivos permanentes, é realizada por arquivistas especializados e tem como objetivo disseminar informações sobre o acervo ou parte dele, tornando-o acessível a um maior número de usuários.

Os instrumentos de pesquisa apresentados pelos arquivistas aos pesquisadores são fundamentais no processo de busca de material de interesse, visto que agem como “desencadeadores de pesquisa”, como diz Bellotto (2006). Para o DBTA, instrumento de pesquisa é o “meio que permite a **identificação**, localização ou **consulta a documentos** ou a **informações** neles contidas” (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 108, grifo do autor). Por meio destas publicações, o pesquisador tem um conhecimento prévio dos documentos, pois apresenta resumidamente seu conteúdo e características, além da divulgação do funcionamento e serviços da instituição, permitindo sua exposição ao maior número de pessoas, tanto aos já experientes pesquisadores quanto aos curiosos.

Estes instrumentos disponíveis aos usuários podem ser gerais ou específicos, a instituição definirá o tipo de acordo com o alcance, se deseja apresentar uma visão geral de seu acervo, como os fundos que custodia, seus serviços e demais informações, o guia passa a ser o mais indicado, caso contrário, existem os instrumentos pormenorizados como os inventários,

catálogos, catálogos seletivos, índices e edição de fontes, que apresentam determinados fundos ou a parte deles (BELLOTTO, 2006). Ainda existem os instrumentos de uso interno, utilizados pelos arquivistas, criados para organização e controle do acervo, como as Listagens de Recolhimento, as Tabelas de Temporalidade entre outros, destinados ao arquivista e não ao pesquisador.

Quanto aos formatos de divulgação dos instrumentos de pesquisa, como aponta Lopez (2002), podem se apresentar de maneira menos elaborada, mais funcional, quando direcionados para uso no local, como os fichários e mais elaborados e precisos quanto as informações quando criado visando uma ampla difusão, como por exemplo, os guias e catálogos. Os mesmos ainda podem ser distribuídos impressos ou em meios eletrônicos.

3.2.1 Normas de Descrição Arquivística

Segundo Lopez (2002), a normalização da descrição arquivística foi estimulada pelo avanço de usos de computadores em arquivos, visto que para um intercâmbio entre os acervos deveria haver uma padronização que facilitaria todo o processo, tanto para os arquivistas como para os usuários. No final dos anos 80 havia uma movimentação por parte da comunidade arquivística mundial, em especial, de países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá que por meio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) reuniam estudos que tinham como objetivo a criação de uma norma mundial de descrição arquivística. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006). Em 1994 foi publicada, após várias versões preliminares e revistas, a norma ISAD (G)¹¹, que segundo a terminologia arquivística brasileira, traduzida fica como: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. (BELLOTTO, 2006).

Para Lopez (2002, p. 14), a norma “propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica.” Este sistema multinível respeita princípio da proveniência e da organicidade, uma vez que para descrever cada unidade ou conjunto

¹¹ Texto original: *General International Standard Archival Description*.

documental deve se observar o fundo do qual se faz parte, o contexto e hierarquia em que se encontra.

A Norma tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais a nível internacional, no entanto compreende-se que pode ser utilizada de forma combinada com as normas de descrição arquivísticas nacionais, devido a flexibilidade de sua aplicabilidade ou ainda servir de orientação na criação de normas nacionais.

A norma estabelece 26 elementos de descrição distribuídos em sete áreas:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.12-13).

A Norma ainda estabelece alguns elementos como obrigatórios no processo de descrição, como “código de referência, título, produtor, data (s), dimensão da unidade de descrição e nível de descrição” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.13).

No Brasil, a Norma Brasileira de Descrição arquivística (NOBRADE), estabelece as normas de descrição a nível nacional, agindo em compatibilidade com a ISAD (G), não deve ser tratada como uma tradução da mesma, mas sim como uma adaptação das normas internacionais, em conformidade com a realidade brasileira.

Tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.10).

Em comparação com a ISAD (G), A NOBRADE apresenta oito áreas e 28 elementos descrição:

(1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição; (2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição; (3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição; (4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição; (5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição; (6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores; (7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada; (8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.18).

Na NOBRADE, os elementos obrigatórios são: código de referência, título, data (s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome (s) do (s) produtor (es) e condições de acesso (somente para descrição em níveis 0 e 1) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.18).

O *software* de descrição arquivística, ICA-AtoM, empregado no Acervo Digital foi elaborado em consonância com os padrões internacionais como a norma de descrição ISAD (G), estando flexível também com as normas nacionais. No caso do Arquivo, segundo Nunes (2014), o *software* utilizou elementos recomendados pela norma brasileira, NOBRADE, para a descrição dos processos criminais.

3.3 A MULHER COMO TEMA DE PESQUISA

Neste capítulo pretende-se descrever o papel que as mulheres exerceram na sociedade brasileira na primeira metade do século XX, pois coincide com o recorte temporal e temático escolhido para desenvolvimento da presente pesquisa, que é o estudo dos processos criminais do AHMSM de 1910 a 1946 que trazem somente mulheres como réis.

Como aponta Silva (2010), as mulheres durante muito tempo foram excluídas da historiografia brasileira, sendo por muito tempo a história

fundamentada pelos homens, como principais personagens e seus escritores.

Atualmente, as mulheres vêm buscando e ganhando cada vez mais protagonismo. O papel de mulher submissa ao pai ou marido e dedicada ao lar, não condiz com a mulher atual, que busca seu protagonismo em diferentes âmbitos, seja na escolha da carreira que deseja seguir, trabalho e, até mesmo, na vida pessoal, decidindo as relações que quer para sua vida, com autonomia e liberdade. Ao mesmo tempo, há ainda muitos aspectos a serem melhorados, como a questão da valorização profissional, com a equiparação salarial entre homens e mulheres que ocupem os mesmos cargos e os frequentes casos de assédio e violência, como a sexual, física e psicológica que ainda enfrenta simplesmente por ser mulher.

Como Del Priore (2007) exemplifica na apresentação do livro *História das mulheres no Brasil* que organizou, os documentos eclesiásticos, processos da Inquisição, processos-crime, relatórios médicos e policiais, fotos, cartas entre outros foram utilizados para observar as mulheres ao longo dos séculos, permitindo assim um estudo do cotidiano feminino e das diferentes representações dadas as mulheres.

Na presente pesquisa, em que são analisados somente os processos criminais em que mulheres são as réis, ressalta-se que o conteúdo ali registrado e toda a investigação foi em sua maioria realizada por homens, sejam eles os escrivães, promotores, advogados, investigadores, juízes, justamente por ser um período marcado pelo machismo e conservadorismo, pois segundo Ismério (2018) cabia ao marido o o trabalho externo, a produção documental, nas repartições e as mulheres, como norma social, apenas o trabalho no lar, cabendo a ela o papel de mãe, esposa e dona de casa. Como sugere Del Priore (2007) a leitura de tais processos deve ser feita de forma criteriosa, pois se trataria de um “documento tendencioso”, visto que muito dos depoimentos e descrições sobre as mulheres envolvidas poderiam ter sido censurados antes de serem registrados em documentos oficiais.

3.3.1. A mulher brasileira na primeira metade do século XX

De acordo com Rodrigues (2007), na primeira metade do século XX, o Brasil sofria significativas mudanças no âmbito econômico, social e político. A

economia brasileira estava baseada na lavoura cafeeira e na exportação do produto que oportunizou um intenso processo de urbanização, um aumento de construção de ferrovias, fábricas e a oferta de mão-de-obra livre. (RODRIGUES, 2007).

A burguesia ascendeu como a nova classe social dominante, preocupando-se com o processo de modernização e higienização das cidades para isto divulgavam a ideia de se seguir os hábitos “civilizados” similares dos grandes centros europeus. Os homens e mulheres dos segmentos mais baixos da sociedade também deveriam seguir as normas e valores ditados pela burguesia o que segundo Soihet (2007) garantiria uma disciplinarização para o trabalho, mas também os outros aspectos da vida que interferiram principalmente no comportamento pessoal e familiar cobrado das mulheres.

Segundo Pedro (2007), no contexto político do Rio Grande do Sul, o positivismo de Augusto Comte foi escolhido pelo governo pois garantia a modernização e atenderia as necessidades dos grupos dominantes, diferentemente do contexto nacional, influenciado pelas ideias liberais. No Rio Grande do Sul, o discurso positivista foi adotado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) fundado por Júlio de Castilhos em 1882, pois garantia a disciplina e coesão do Partido (ISMÉRIO, 2018).

O positivismo era uma doutrina filosófica que visava a organização da sociedade, pois, segundo esta visão, só assim o progresso seria atingido, além de se propor a instauração da religião da humanidade substituindo o culto católico, exigindo a separação da Igreja com o Estado. Como Ismério (2018, p. 15) pontua “a cientificidade aliada à industrialização garantia a modernização e o progresso do país. Mas para isto ocorrer era preciso manter a ordem social através da moral e da educação”. Com este caráter conservador, Comte interferiu diretamente na educação das mulheres estabelecendo modelos para que elas seguissem, nomeando a mulher responsável pela manutenção dos bons costumes, o que garantiria uma ordem social.

A influência do positivismo na educação da mulher, iniciou-se pelo casamento, considerado para ele o principal alicerce para a organização social, como exemplifica Ismério (2018). Comte estabeleceu uma idade apropriada para homens e mulheres se casarem, delimitou o marido como único

responsável pelo sustento por meio do trabalho externo, enquanto que a esposa deveria se dedicar exclusivamente as tarefas domésticas e educação dos filhos.

O sustento da mulher se daria pelos homens, pelo pai, pelo marido, pelos filhos ou irmãos, e na ausência destes a responsabilidade caberia ao Estado, evitando que a mesma ficasse desprotegida. Como Ismério (2018, p. 19) salienta havia uma grande preocupação em manter a mulher dentro de casa, a fim de cumprir sua vocação, pois “[...] deveria ser realmente a rainha do lar e o anjo tutelar” (ISMÉRIO, 2018, p. 19). A mulher não poderia exercer qualquer atividade fora de sua natureza, frágil, submissa e emotiva, nem executar tarefas que exigissem inteligência e raciocínio (ISMÉRIO, 2018).

O discurso contra o trabalho feminino era fortemente defendido pela propaganda positivista visto que buscava restringir a mulher do mercado de trabalho, valorizando a mão-de-obra e o salário masculinos. À mulher pertencente a classe mais abastada não era permitido o trabalho fora de casa, pois poderia ser mal vista perante a sociedade, pois provocaria a desestruturação da família, já que estaria alienando-se de seu papel de mãe, expondo a si mesma e seus filhos a problemas externos como miséria, prostituição, entre outros.

Para as mulheres de segmentos mais baixos da população, como destaca Soihet (2007), era praticamente impossível seguir estas normas de condutas femininas, assim era inevitável o trabalho para escapar da pobreza, além da dificuldade do homem pobre em ser o mantenedor da família. Dessa forma, atuavam como lavadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, etc. Em alguns casos, mesmo sendo a principal responsável pelo sustento familiar, como explica Fonseca (2007), a mulher não tinha seu trabalho valorizado, sendo caracterizado muitas vezes como “serviços domésticos” de forma superficial, sendo tratado como mero complemento à renda masculina. O casamento formal não prevalecia para estas mulheres, pois muitos vivam em regime de concubinato¹², devido à falta de propriedades e ao alto custo do casamento e também por haver muitas famílias chefiadas por mulheres.

Médicos sanitaristas, do final do século XIX, que influenciaram o discurso de Comte, defendiam que a mulher, por ser um sexo frágil, era facilmente

¹² Casais que viviam em regime de união estável, mas sem reconhecimento legal.

corrompida se exposta aos males da sociedade e, por isto, era preciso ter uma educação rígida e ser vigiada. Havia como norma social, por exemplo, a de nunca saírem desacompanhadas quando frequentavam teatros, clubes ou casas de chá, sendo considerado um ato inapropriado para uma mulher honesta.

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por questões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição ao homem conjugava à sua força física [...] e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas as mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse a sua honra. Estavam impedidas do exercício da sua sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento (SOIHET, 2007, p. 363)

Como Ismério (2018) aponta, a sociedade era mais flexível com o homem, no entanto para a mulher que agisse contra sua natureza frágil e recatada, havia sua desmoralização pela sociedade.

Referente a vida antes do casamento, para as jovens de famílias mais abastadas, as escolas e cursos eram voltadas as atividades de corte e costura, ao ensinamento de tarefas domésticas e até mesmo o ensino para tocar instrumentos musicais. Ismério (2018) diz que para as moças gaúchas de origem humilde também eram oferecidas aulas que ensinassem as prendas domésticas, geralmente gratuitas e ministradas por senhoras da elite rio-grandense, afim de que o modelo de mulher atingisse a todas as classes sociais. O ensinamento das prendas domésticas logo na infância era uma maneira de preparar as meninas para se tornarem futuras esposas e mães. A educação dos filhos também caberia a mulher:

As mulheres deveriam educar seus filhos nos princípios da moral e do civismo, tendo como base a história, a grande “mestra da vida”, porque os vultos do passado, heróis e grandes homens, serviam como exemplos de vida e de conduta às novas gerações. A esses homens eram construídos monumentos e túmulos, com o objetivo de preservar sua memória e de educar os jovens e toda a sociedade através da arte. (ISMÉRIO, 2018, p. 25)

As mulheres que não se casavam eram consideradas “solteironas” e sofriam preconceito pela sociedade pois estariam renegando seu principal papel

como mulher o de ser mãe e ficariam desprotegidas na sociedade. No entanto, as mulheres que optassem pelo magistério ao invés do casamento, eram consideradas dignas, pois de algum modo estariam desenvolvendo sua natureza educadora, ensinando os alunos como se fossem seus filhos, mas sempre em ambientes protetores, como escolas, casas particulares ou suas próprias casas. Também poderiam exercer a função de costureiras desde que em ateliês respeitáveis ou no aconchego de seu lar.

Como Rodrigues (2007, p. 34) afirma, o casamento é “o centro da vida da mulher, é em torno dele que se constrói a vida das mulheres”. Até mesmo depois da morte de seu companheiro, a esposa deveria viver o luto eterno, sendo fiel a ele, não podendo casar novamente, diferentemente da viuvez do homem, que poderia se casar novamente afim de encontrar uma nova esposa para criação de seus filhos e cuidado do lar e dele mesmo.

Segundo Ismério (2018), a mulher atuava pouco na sociedade, a sua participação limitava-se em grupos de caridades e saraus intelectuais, visto que deveria dedicar-se exclusivamente ao lar, considerado o santuário da mulher.

As ideias comteanas, que moldaram a consciência e sensibilidade de homens e mulheres nas primeiras décadas do século XX, eram calcadas em arquétipos femininos oriundos de uma mentalidade conservadora, com tradição judaico-cristã. A Virgem Maria simbolizava as virtudes e na figura de Eva eram canalizados todos os pecados. (RODRIGUES, 2007, p, 36).

A adoção do pensamento positivista na sociedade do século XX, pressionava as mulheres de todos os segmentos sociais a seguirem o modelo de mulher digna, a rainha do lar e anjo tutelar, obediente ao marido e dedicada aos filhos, abdicando de qualquer desejo pessoal, para viver para sua família. Como consequência foi excluída do mercado de trabalho, teve seu trabalho desvalorizado, era constantemente vigiada e reprimida pela sociedade, pois de acordo com a filosofia Comteana dependeria dela a manutenção da moral na sociedade.

4 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi estabelecido contato com a atual diretora do AHMSM, Daniéle Xavier Calil. O encontro aconteceu na sede da instituição, no primeiro semestre de 2018¹³, mediado pela professora do Curso de Arquivologia da UFSM Rosani Beatriz Pivetta da Silva.¹⁴

Após o contato e a explicação dos objetivos da pesquisa, foi dado o consentimento para que ela fosse desenvolvida.

A pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva, pois segundo Gil (2007), a primeira trata-se de pesquisa desenvolvida em área onde existe pouco conhecimento estruturado em que se explora primeiramente a fim de maior conhecimento para partir-se para a pesquisa descritiva, que:” [...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42).

O universo da pesquisa foram os 604 processos criminais pertencentes ao FCSM, posteriormente, foi feito um recorte por tema, trabalhando-se apenas com os processos criminais em que mulheres eram as únicas suspeitas de praticar crimes, entre os anos de 1910 a 1946, para isto, recorreu-se ao catálogo que “é o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação.” (BELLOTTO, 2006, p .202).

A identificação dos processos que estavam de acordo com o critério pré-estabelecido para realização da pesquisa, foi possível devido a existência de um catálogo genérico dos processos do AHMSM, elaborado por Janilton Fernandes Nunes, em 2014.

¹³ Nesse período a acadêmica cursava a disciplina de Seminário 1, que exigia a elaboração de um pré-projeto de pesquisa, continuado no segundo semestre de 2018, na disciplina de Seminário 2. No primeiro semestre de 2019, a acadêmica cursou a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, não a concluindo, embora prosseguindo com a pesquisa. Essas disciplinas tiveram como professora orientadora, Rosani Beatriz Pivetta da Silva.

¹⁴ Professora adjunta do Curso de Arquivologia da UFSM, possui Graduação em Arquivologia (1995), mestrado em Educação (2000) pela mesma instituição e atualmente é Doutoranda em História pela UFSM. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1759320519151953>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

Quanto aos procedimentos a serem adotados na coleta de dados, a pesquisa classifica-se como documental, sendo aquela que “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.45).

Os instrumentos de coleta de dados foram utilizados de forma combinada. Na presente pesquisa optou-se pela análise documental e por questionários. A primeira modalidade constitui-se na: “[...] consulta a documentos, registros pertencentes ou não ao objeto de estudo de pesquisa estudado, aos quais se recorre para buscar informações úteis para o entendimento e análise do problema.” (MICHEL, 2015, p. 83). Já o segundo elemento adotado, o questionário, trata-se de:

[...] um formulário, previamente construído, constituído por uma série ordenada de perguntas em campos fechados e abertos, que devem ser respondidas por escrito e, preferencialmente, sem a presença do entrevistador (MICHEL, 2015, p. 91).

Os questionários utilizados no estudo são abordados no Capítulo 5 e na apresentação dos resultados, e podem ser vistos no Apêndices A e B que estão disponíveis ao final deste TCC.

No referencial teórico utilizou-se da pesquisa em livros, artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, Monografia de Especialização e Dissertações de Mestrado com temas afins da presente pesquisa, instrumentos de pesquisa oferecidos pelo AHMSM e legislação vigente da época de produção documental dos processos.

Os processos criminais foram definidos como fonte de dados para a pesquisa. Num primeiro momento conduziu-se uma abordagem quantitativa, no levantamento do número total de processos e após do número de processos pertencentes a amostra de estudo, ou seja, o recorte temático da pesquisa (que envolvam mulheres com réis). O primeiro número era de conhecimento do AHMSM, já o segundo, foi possível após metodologia já mencionada.

Posteriormente, tais dados foram dispostos em uma planilha eletrônica, no programa *Microsoft Office Excel*, sendo organizados com os seguintes campos: o número dos processos, data, título, iniciais dos nomes das envolvidas nos processos, tipo de crime investigado, idade, profissão, escolaridade das

acusadas, palavras-chave, sentença e os tipos documentais encontrados na maioria dos processos.

Seguiu-se a pesquisa com abordagem predominantemente qualitativa, com leitura e interpretação da escrita manuscrita, característica da época, para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa. Essa abordagem qualitativa compreende:

[...] o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Utilizando o enfoque indutivo na análise de dados e dando maior importância aos significados atribuídos pelas pessoas às coisas e à vida. Não é necessária a utilização de ferramentas estatísticas de análise de dados, e ainda, assim a pesquisa é eminentemente descritiva [...] (ALMEIDA, 2014, p.26).

Como metas para desenvolvimento da pesquisa, apresentou-se:

- a) Levantamento do número de processos crime a serem trabalhados;
- b) Organização dos processos criminais em planilha eletrônica
- c) Leitura e interpretação dos processos devido a característica de serem manuscritos.

A seguir, é apresentado o recorte dos processos do AHMSM.

4.1 RECORTANDO O UNIVERSO DOS PROCESSOS DO AHMSM

O catálogo genérico dos processos apresentado por Nunes (2014) continha dados como: código de referência, título, contendo os nomes dos principais envolvidos na investigação criminal e a data. Por meio da observação destes itens foi possível realizar a primeira triagem, a dos processos que continham nomes de mulheres no título, o que resultou em 29 processos. Após a análise de um a um, chegou-se ao recorte de 14 processos em que mulheres eram de fato as únicas réis. Os demais 15 processos foram excluídos da análise propriamente dita, pois, as mulheres eram vítimas diretas ou cúmplices, e tinham seus nomes acompanhados de nomes masculinos.

Após análise dos 14 processos, foram coletados os dados suficientes para obtenção dos resultados da pesquisa. Entre os recursos empregados nesta etapa, além do uso de programa de edição de planilhas eletrônicas *Excel*, utilizou-se também de uma ficha elaborada pela acadêmica, para coleta de

dados, enquanto realizava a etapa da leitura dos processos, como pode ser visto no Apêndice C – Ficha de Análise dos Processos Criminais.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa nos processos criminais do FCSM foi realizada após contato com a atual Diretora do AHMSM, que consentiu a pesquisa na sede, ou seja, por meio do manuseio e leitura destes documentos originais. No entanto, a pesquisa também foi realizada em maior parte, remotamente, por meio do sistema de descrição arquivística, pela página da instituição, que disponibiliza os representantes digitais de todos os processos.

5.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS CRIMINAIS VIA ACESSO DIGITAL

A pesquisa traz como recorte temático e temporal a mulher como suspeita de um crime na primeira metade do século XX, por meio da análise dos processos criminais presentes no AHMSM. Conforme metodologia adotada, com base na pesquisa de dados disponíveis do Acervo Digital e a partir do catálogo de Janilton Nunes, dos 604 processos, foram selecionados e analisados 14 processos concordantes ao recorte temático da pesquisa.

Como primeira seleção dos processos que participaram desta pesquisa, foi realizada a leitura e identificação no catálogo elaborado por Nunes em 2014 de todos aqueles que continham nomes femininos nos títulos como pode ser visto no Quadro 1. Optou-se por apresentar somente as iniciais dos nomes e sobrenomes, como medida de preservar a identidade dos envolvidos. Nesta seleção preliminar, além de crimes que traziam mulheres como suspeitas, incluíam-se processos em que mulheres eram as vítimas ou cúmplices com homens, que acabaram não sendo escolhidos para participação na pesquisa, por não pertencerem ao recorte. O título é um dos elementos utilizados na descrição oferecida pelo catálogo de Nunes que, segundo informação do autor, traz o nome dos envolvidos, vítima e acusado, assim como o código de referência e a data.

Quadro 1 – Processos criminais em que mulheres são as principais envolvidas

Nomes	Número do Processo	Ano
1. J. C. e V. C.	1	1910
2. R. S.	2	1910
3. R. J. R. e A. M.	32	1911
4. R.C. dos S., F. G. e V. V.	33	1911
5. J. F. da S., F. M. S. e C. H. N.	42	1912
6. C. R. e J. C.	47	1912
7. J. O. e M. B. da S.	49	1912
8. M.T. e D. M.	51	1912
9. H. D. e L. D.	108	1915
10. A. I.	133	1922
11. J. R.	215	1919
12. J. G., M. V. e A. V.	221	1922
13. J. Z. P.	233	1921
14. T. e C. A.	235	1921
15. M. F. E.	241	1920
16. A. M., A. M., J. M. e E.M.	261	1922
17. A. I.	264	1922
18. T. V.	288	1923
19. M. P. D., Z. S., J. de O. e J. M. I. da S.	346	1926
20. N. G. e S.G.	393	1929
21. J. T. e P. C.	395	1929
22. A. F. da S.	409	1930
23. R. M.	422	1931
24. J. C.	443	1933
25. M. de L. S. P.	454	1934
26. J.G. e M. L. G.	467	1935
27. E. N. de V.	547	1939
28. S. de S. e F. de L.	550	1940
29. M. da S.	594	1945

Fonte: Nunes, 2014.

Daqueles que compõem o Quadro 1, apenas 14 processos estavam de acordo com o critério para participação da pesquisa, ou seja, continham crimes em que mulheres eram as únicas acusadas (Quadro 2). A identificação foi realizada após uma análise e leitura das páginas iniciais de cada um dos 29 processos.

Quadro 1 - Processos Criminais em que mulheres são as rés

Nomes e sobrenomes (iniciais)	Número do Processo	Ano	Crime
1. J. C. e V.C.	1	1910	Infanticídio
2. R. S.	2	1910	Lesão corporal
3. A. I.	133	1922	Indução a prostituição
4. J. R.	215	1919	Imperícia profissional
5. J. Z. P.	233 ¹⁵	1921	Lesão corporal
6. M. F. E.	241	1920	Lesão corporal
7. A. I.	264	1922	Lesão corporal
8. T. V.	288	1923	Lesão corporal
9. A. F. da S.	409	1930	Homicídio
10. R. M.	422	1931	Roubo e furto
11. J. C.	443	1933	Homicídio
12. M. de L. S. P.	454	1934	Homicídio
13. E. N. de V.	547	1939	Homicídio
14. M. da S.	594	1945	Furto

Fonte: Nunes (2014).

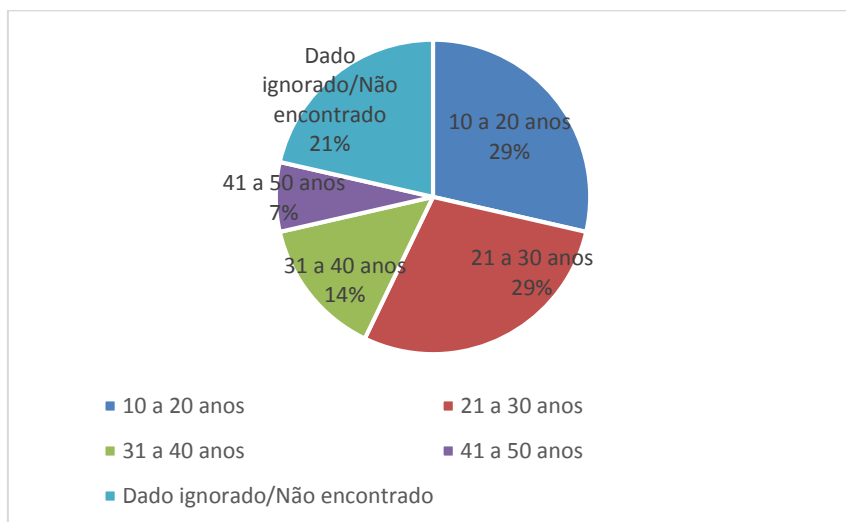
Os crimes expostos no Quadro 2, entre 1910 a 1939, estavam de acordo com o Código Penal de 1890, que vigorou até 1940, durante o Estado Novo. Após este período o Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940 passou a ser o código penal, portanto o processo de número 594 de 1945 é o único de acordo com o Decreto.

O Quadro 2, também revela que ao longo de todo o período analisado, algumas décadas passaram sem ter o registro de um crime ou denuncia contra uma mulher, no entanto, no ano de 1910, há a ocorrência de dois processos. Nas décadas de 20 e 30, há cinco processos em cada, enquanto que na década de 40 (1945), apenas um processo.

A seguir são apresentadas figuras que apresentam os dados sociais das mulheres descritas nos 14 processos escolhidos, pretendendo-se perfilar as acusadas.

¹⁵ No acervo digital, o processo de número 233, tem o nome de outra pessoa, V. R. P., um homem, que pela digitalização do processo refere-se ao processo de número 233-A. Portanto, não faz parte do recorte da pesquisa, somente o processo 233.

Figura 3 – Faixa etária das acusadas entre 1910-1945



Fonte: A autora.

A imagem apresenta um total de 14 mulheres envolvidas, as duas faixas etárias que apresentam maior incidência que é entre 10 a 20 anos (29%), caracterizando as mulheres como menores, devido a maioridade na época ser de 21 anos, e de 21 a 30 anos (29%).

A partir do Decreto-lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943, a maioridade penal passou a ser de 18 anos, os menores de 14 e 18 anos ficavam sujeitos a algumas medidas, como a liberação do menor que era deixado com os pais, caso não fosse constatado periculosidade ou em caso contrário a internação em estabelecimento adequado.

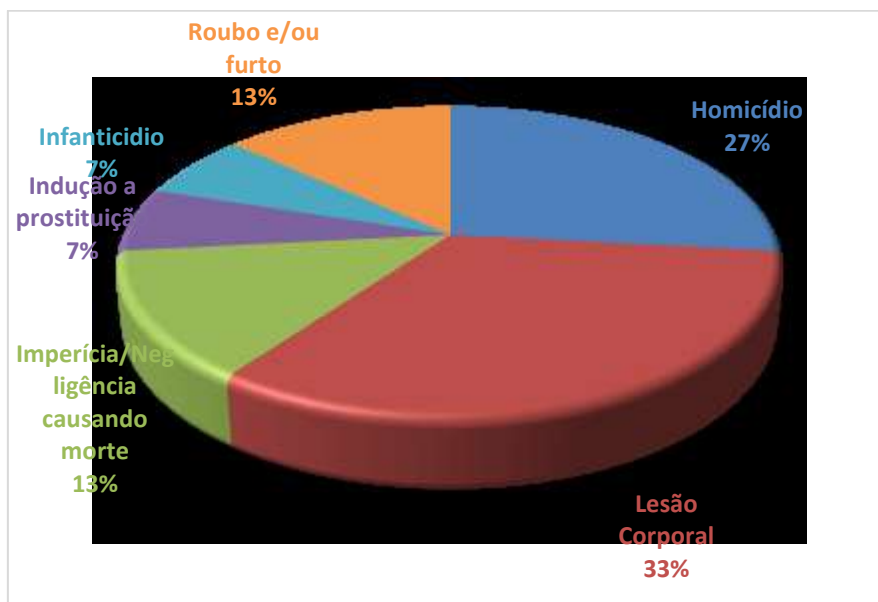
No processo 594 a principal investigada é uma jovem com 15 anos, branca com instrução primária, solteira que vivia com o pai e a madrasta, acusada de furtar joias de uma joalheria, juntamente com outra menor, Z. B. C., com nove anos de idade. A primeira ficava responsável por cuidar a movimentação de funcionários e fregueses no lado de fora da loja, enquanto que a mais nova adentrava na loja para furtar. Z. B. C, porém nem é ao menos investigada, pois de acordo com o Decreto-Lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943: “Art. 3º Tratando-se de menor até 14 anos, o Juiz adotará as medidas de assistência e proteção indicadas pelos motivos e circunstâncias do fato e pelas condições do menor” (BRASIL, 1943). No entanto, M.S. foi intimada juntamente com seu pai para responder ao processo. Rodrigues (2007, p. 9) esclarece, pois: “Até então prevalecia uma sociedade patriarcal rígida, na qual o pai era o chefe

da família e detentor de enorme poder sobre seus dependentes [...]” No final do processo o juiz a aconselhou seus pais a serem responsáveis por sua conduta, pois não havia constatado periculosidade na jovem.

A Figura 3 revela também que a idade é muitas vezes um dado ignorado e não encontrado nos processos, apresentando em 21% dos processos. Seguido de 14% de mulheres entre 31 a 40 anos e 7% entre 41 a 50 anos.

A seguir é apresentada a Figura 4, com os tipos de crimes cometidos por mulheres no período em Santa Maria.

Figura 4 – Crimes cometidos por mulheres entre 1910-1945



Fonte: A autora.

Percebe-se que as mulheres ao longo deste período foram acusadas em sua maioria por Lesão Corporal (36%), apresentado no Código Penal de 1890 em seu artigo 303, como: “Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue (sic)” (BRASIL, 1890, art. 303). Seguido do crime de Homicídio, com quatro casos (29%), Imperícia/Negligência causando morte e Roubo e/ou furto, dois (13%). Havia um processo para os crimes de Infanticídio e Indução a prostituição, representando 7% cada.

Quanto ao crime de Infanticídio, definido pela lei, como:

[...] Matar recém-nascido (sic), isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando meios directos e activos, quer recusando a victima os cuidados necessarios á manutenção da vida e a impedir sua morte (sic) [...]. (BRASIL, 1890, art. 298).

O processo de número 01, investiga o crime de infanticídio, tendo como réis, V.C, mulher, 50 anos, branca, de origem italiana, viúva de afazeres domésticos e sua filha J.C., 20 anos, solteira, branca, costureira, acusadas de matar uma criança de sexo masculino já que a última havia dado à luz e enterrado no pátio de casa. J.C., jovem e solteira, acreditando nas boas intenções de seu pretendente entregou-se antes do casamento, ela e sua mãe alegam terem tido conhecimento da gravidez somente na hora do nascimento, confirmando que a criança havia nascido morta.

Como Fonseca (2007, p. 529), comenta:

A moral burguesa não era de todo estranha aos grupos populares. A prova se acha no desespero registrado por meninas defloradas que preferiam arriscar um aborto, cometer infanticídio ou até matar-se, antes de via a público seu estado de mãe solteira.

Havia uma cobrança sobre a vida mulher, cabendo a ela o papel de mãe, educadora, boa esposa e recatada, assim as mulheres honestas eram aquelas que deviam casar, devendo-se manter pura antes do matrimônio. As mulheres que não seguissem esse modelo, como as que se entregavam antes do casamento, acabavam abandonadas ou grávidas e eram muito discriminadas pois fugiam do estereotipo da mulher honesta, caindo a discriminação também para sua família, responsável por sua proteção e controle.

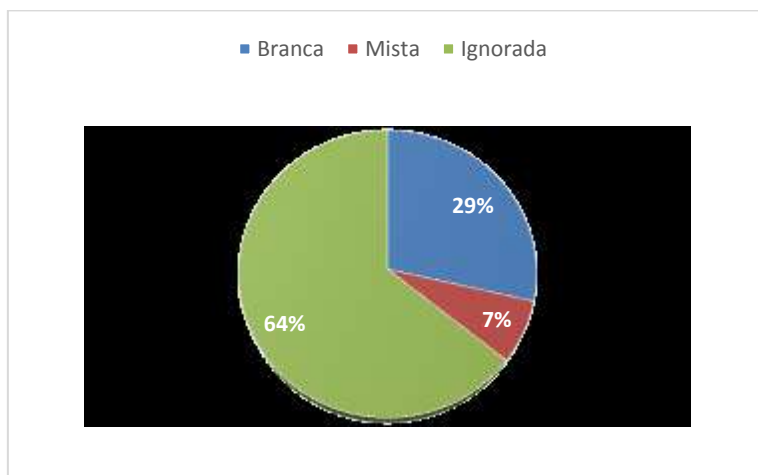
Neste processo, apesar de declarações médicas que constatavam que a criança havia nascido viva, e do depoimento de vizinhos que ouviram o choro de criança vindo da casa das acusadas, ambas foram absolvidas pelo júri.

Opostamente ao processo 01, que abordava uma questão delicada, como a virgindade, a gravidez fora do casamento e a proteção da honra, o processo 133, traz o crime de prostituição com a ré A. I. com 28 anos, natural de Santana do Livramento, solteira, acusada de ter uma pensão, em que cedia lugar para as práticas de prostituição, as chamadas casas de tolerância.

Segundo Rodrigues (2007), todos os envolvidos na prática eram discriminados como as chamadas meretrizes e aliciadores, pois era uma

violação aos bons costumes na época, além de abrirem espaço para a prática de vícios como bebida e jogo. No entanto, a acusada pelo crime de indução a prostituição, de acordo com artigo 278, acabou sendo absolvida.

Figura 5 – Cor das acusadas



Fonte: A autora.

A cor é um dado quase que inexistente no registro sobre as acusadas, nove (64%), seguido de 29% referente a cor branca, quatro mulheres e 7% a mista, com apenas uma incidência, compreendida como não branca. O que pode denota um certo pudor no registro desse tipo de informação. No processo número 547, de 1939, em que a investigada é E. N.V. 19 anos, solteira, lidas domésticas, com instrução primária e modista, sua cor em alguns relatórios era declarada como mista e outros como morena. E.N. foi acusada de matar seu noivo, S.N., 20 anos, branco, militar soldado do 7º Regimento de Infantaria, por um tiro de revólver, em meio a uma discussão em que ele tentava desmanchar o compromisso. Conforme relatório policial, o casal já vinha brigando, e quando na última discussão na casa da acusada, onde ocorreu o incidente, havia confirmado que não queria mais casar com ela, pois sua família não permitiria o casamento por a moça ter uma cor diferente da sua. No entanto, no depoimento da ré, ela alega ter descoberto que o mesmo tinha outra namorada, que usava um nome falso, devido ao crime que teria cometido em outra cidade, e que estava lhe pressionando para se entregar antes do casamento, sendo este os motivos das brigas constantes e a defesa da sua honra a motivação do crime. O

soldado foi morto na residência da acusada, foi presa em flagrante e decretada como culpada.

A nacionalidade das acusadas segue na Figura 6.

Figura 6 – Nacionalidade das acusadas



Fonte: A autora.

Diferentemente da cor, a nacionalidade ou naturalidade da acusada, era uma informação muito requisitada nos interrogatórios a fim de se saber a origem da ré, o motivo de sua vinda ao país ou cidade, assim como o tempo residindo em Santa Maria. E como se esperava, a maioria das rés são brasileiras, dez(67%), seguidas das espanholas, dois (14%), e de uma alemã, uma italiana e uma uruguaia (7% para cada uma dessas nacionalidades).

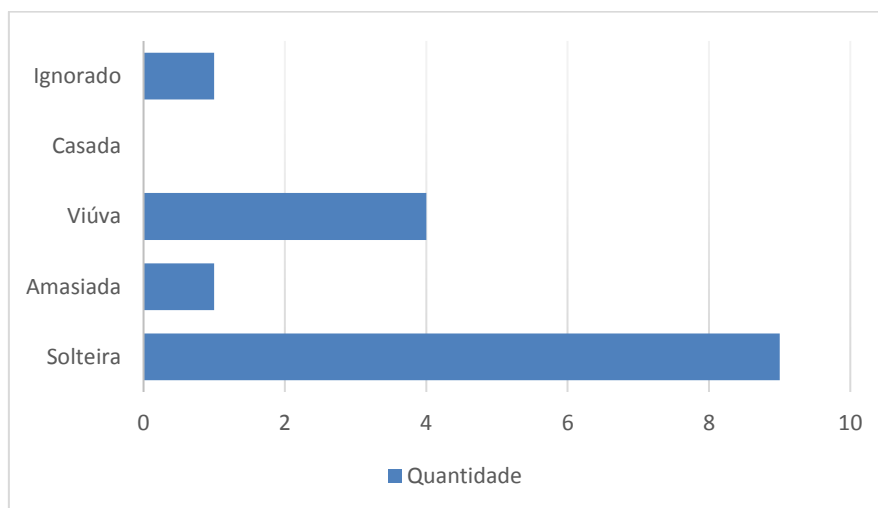
No processo 215, investiga-se a ré J.R., com 37 anos, viúva, de origem alemã e parteira, acusada em 1919 de causar lesões no útero de E.F.T. devido a uma raspagem realizada na residência da vítima, ocasionando a sua morte. J. R. foi condenada a um ano e nove meses de prisão, o grau médio do artigo 297 do Código Penal de 1890, caracterizando como imperícia profissional que causa morte.

A investigada no processo 288, de 1923, tem origem espanhola, é T.V. com 32 anos, solteira, era artista de cabaré, alfabetizada. Foi denunciada por causar lesões em M.V., 40 anos, branco, casado, comerciante, devido ao contrato de trabalho que tinha com ele, para trabalhar no Clube Carioca, como artista. A ré foi condenada por provocar ferimentos de natureza leve com um

pedaço de madeira, quando discutia com M.V., sendo presa em flagrante, mas acabou sendo absolvida.

A Figura 7 traz o estado civil das acusadas nos processos crimes analisados.

Figura 7 - Estado Civil das Acusadas



Fonte: A autora.

Quanto ao estado civil das réas, a maioria era composta por mulheres declaradas solteiras, ao todo nove. Após, em números, vinham as declaradas viúvas, que contabilizam quatro pessoas.

No processo 454, de 1933, a ré é identificada como viúva, tem 21 anos, doméstica foi acusada de disparar um tiro contra o seu marido, causando-lhe morte imediata, após tentou-se suicidar, disparando contra si mesma, ocasionados ferimentos de natureza grave. Conforme consta nos autos, o motivo seria porque seu marido estava: “faltando aos deveres conjugaes (sic) e vivendo amancebado com E. M.”. Como aponta Soihet (2007), muitas mulheres pertencentes classe social mais popular, rebelavam-se contra seus companheiros quando estes a desrespeitavam, seja por traição ou ciúmes, muitas vezes chegando a situações extremas. Estas mulheres agiam contra o estereótipo da mulher obediente ao marido, abrindo mão até mesmo do casamento, o que era muito valorizado na época.

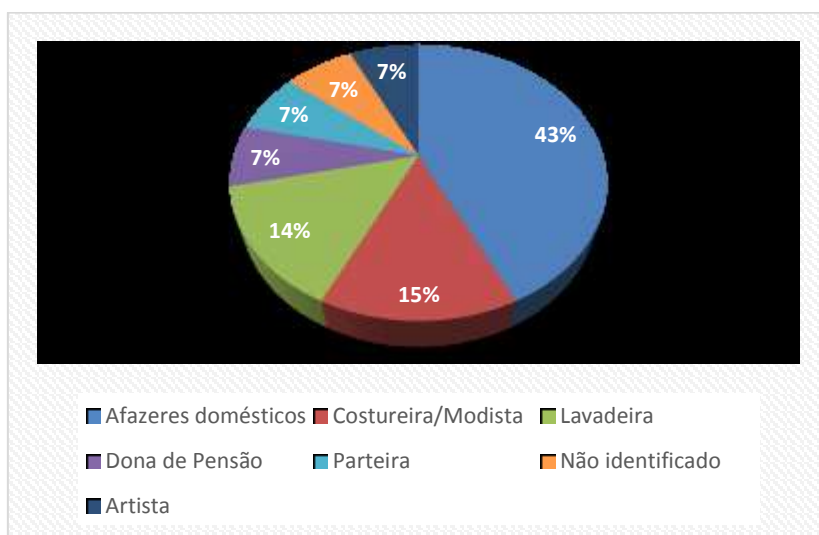
Encontrou-se também no processo 443, a expressão “vivia maritalmente” como definição do estado civil de J.C. de 26 anos, no entanto, em outro momento

a ré era declarada solteira, pois vivia amasiada com seu companheiro, não se tratava de um casamento formal. A ré foi acusada de matar as irmãs de seu companheiro, pois havia conflitos frequentes com o mesmo, que a abandonou, e buscando a sua localização entrou em conflito com os parentes dele quando foi em sua residência, trocando tiros com os mesmos.

Porém, havia apenas um processo que não se encontrou o estado civil da acusada, de número 233. Na Figura 11 também constatou-se que não havia nenhuma mulher considerada casada que tivesse praticado algum crime.

A Figura 8 traz o que faziam estas mulheres no mundo do trabalho.

Figura 8 – Atividade/profissão das acusadas



Fonte: A autora.

A maioria das réas se identificavam do lar, dos afazeres ou serviços domésticos (40%).

Como salienta Fonseca (2007), a mulher não tinha seu trabalho valorizado, sendo chamado de “serviços domésticos” e tratado como mero complemento à renda masculina, apesar de muitas vezes serem elas as responsáveis pelo sustento familiar.

No processo 422, de 1930, a acusada é R. S, uma mulher de 43 anos, viúva, natural do Uruguai, dos afazeres domésticos e lavadeira é denunciada pelo crime de roubo e furto, a uma casa de Comércio na noite de 24 de novembro de 1930. O dono da casa alega ter visto a ré no pátio da sua propriedade, a mesma diz ter impedido que outro homem furtasse objetos da casa, tendo

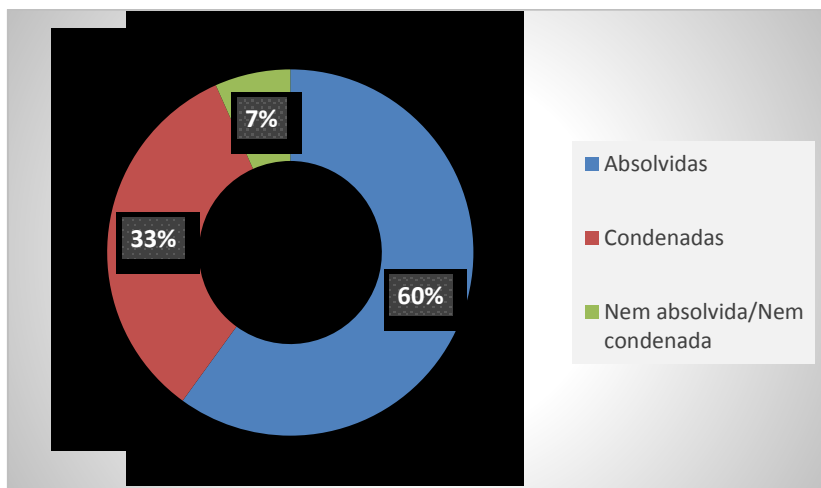
entrado na propriedade para impedir o furto. R. S. foi absolvida pelo júri, pois entenderam que a mesma não subtraiu os objetos para si, além disso a mesma foi considerada paupérrima conforme consta nos autos. Nesse processo se encontra ainda o requerimento de Assistência Judiciária, solicitando auxílio para sua defesa, já que a mesma não tinha condições de arcar com advogado.

As acusadas ainda se dividiam em: duas costureiras/modistas (15%), duas lavadeiras (14%), e uma dona de pensão, artista, parteira e com profissão não declarada, representando 7% cada.

A escolaridade das acusadas também é um outro dado importante a refletir a condição da mulher na época, visto que dos 14 processos apenas três foi declarado o seu grau de escolaridade, no processo 443 a ré era não alfabetizada, no processo 547, a jovem de 15 anos possuía instrução primária e no processo 547 era alfabetizada.

A Figura 9 traz a sentença final das suspeitas mulheres nos 14 processos aqui considerados como recorte.

Figura 9 –Sentença das acusadas



Fonte: A autora.

As mulheres em sua maioria eram absolvidas, no total de 14 processos foram nove (60%), as que tiveram seus nomes retirados do rol dos culpados, entre eles, acusadas de cometer infanticídio, homicídio, lesão corporal, estabelecimento de casa de tolerância, roubo e furto.

No processo 241 M. F. E., solteira maior, empregada foi denunciada por no dia 06 de agosto de 1920, ao escurecer quando estava em uma casa de negócio, agrediu uma mulher que defendeu uma outra moça que passava na rua e derrubou o seu copo de vinho que estava sobre um balcão. A ré foi denunciada pelo artigo 304, Lesão corporal que resulte em mutilação ou amputação, deformidade ou privação de algum órgão ou membro (BRASIL, 1890, art. 304), mas acabou sendo absolvida.

Como Soihet (2007) evidencia, em alguns processos as mulheres eram absolvidas, pois havia uma tolerância maior com elas, por se tratar de mulher, o que reflete uma forma de discriminação, trazendo novamente o estereótipo de mulher frágil e emotiva que deve ser protegida pela sociedade, “incapazes de suportar os embates da vida e assumir suas responsabilidades à semelhança do homem” (Soihet, 2007, p.375).

Apenas cinco mulheres (33%) foram consideradas culpadas. No processo 233, de 1921 decidiu-se pela condenação à revelia da ré, que é aquela que por ausência da ré, na audiência, que sua defesa não comparece, é considerado verdadeiro o que a parte contrária diz. A ré foi condenada por “produzir” dentadas em outra mulher em meio ao desentendimento, sendo condenada a três meses de prisão celular, conforme artigo 303, do Código Penal, mesmo estando foragida.

As figuras apresentadas anteriormente apontam que as mulheres acusadas/rés presentes nos processos crimes do AHMSM entre 1910 e 1946 eram em sua maioria jovens com 10 a 30 anos de idade, representando um total de 58%. Ao longo deste período o crime mais cometido por elas foi o de lesão corporal, sendo 67% delas considerada branca, brasileiras, solteiras, com profissão declarada de afazeres domésticos, sendo em sua maioria absolvidas. Apesar de serem mulheres pertencentes as classes populares, os padrões estabelecidos pela classe dominante, a burguesia, como o conservadorismo e machismo, também recaiam a elas. No entanto, as mulheres descritas ali são diferentes do estereótipo feminino da época, são mulheres em maioria solteiras ou viúvas que buscavam o próprio sustento trabalhando fora, que saíam desacompanhas, seja para resolver seus problemas ou lazer e que não ficavam caladas a humilhações dos homens ou traições de seus companheiros ou maridos, reagindo muitas vezes com violência extrema.

6.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO ACERCA DA USABILIDADE DO ACERVO DIGITAL PARA A PESQUISA EM PROCESSOS CRIMES

Conforme mencionado no Capítulo 3, foram elaborados dois questionários acerca da usabilidade do Acervo Digital do AHMSM, direcionados a atual diretora da instituição, Daniéle Xavier Calil e Janilton Fernandes Nunes, responsável pela implementação do site do Acervo, assim como a digitalização e descrição dos processos crimes.

Os questionários foram enviados por e-mail, via plataforma Lattes dos participantes, no dia 29 de setembro de 2019, conforme estrutura vista nos apêndices B e C. No dia 15 de outubro de 2019, obteve-se a resposta dos dois participantes que optaram por responder em conjunto, no entanto, como se tratava de questionários diferentes, apenas as perguntas pertencentes ao questionário 1 visto no apêndice B, direcionadas a Daniéle foram respondidas. Os mesmos foram comunicados da diferença, mas até o final da pesquisa não se obteve resposta. A seguir são apresentadas as perguntas e respostas dos participantes:

-Primeira pergunta: Quem faz a manutenção do Acervo Digital?

Daniéle e Janilton: “O Centro de Processamento de Dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.”

Em visita realizada à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Prefeitura Municipal de Santa Maria no dia 14 de novembro de 2019, o responsável pelo setor Airton Correa, confirmou que a STI realiza apenas a manutenção dos computadores do AHMSM e pelo cadastramento de usuários, que é utilizado para dar permissão ao usuários que podem alterar, adicionar, excluir, atualizar algum conteúdo disponível na base de dados do Acervo, sendo os funcionários do Arquivo responsáveis pela manutenção do conteúdo no site.

-Segunda pergunta: Houve alguma melhoria na forma de pesquisa do Acervo Digital do AHMSM desde sua implementação? Qual?

Daniéle e Janilton: “Não”

Como destaca Mariz (2012), a internet é um recurso utilizado pelas instituições arquivísticas contribuindo para o aumento de acesso por usuários, além de dar uma maior visibilidade institucional.

No entanto, o site e o Acervo Digital foram disponibilizados em dezembro de 2013, conforme Jacques (2013) e desde então o Acervo não sofreu nenhuma atualização/modificação em seu conteúdo, impactando nas novas demandas de pesquisas dos usuários, principalmente aqueles que já conhecem a documentação ou que buscariam no acesso *on-line* uma facilidade e precisão para o encontro do seu material de interesse. E para o CONARQ (2000, p. 3): “O website de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional.” Deste modo, a atualização do site e conteúdos é imprescindível para satisfazer as demandas dos usuários que estão familiarizados com plataformas de pesquisas, como *Google*, *Yahoo*, entre outras.

Terceira pergunta: Você já recebeu contato referente ao modo de pesquisa, reportando alguma dificuldade no acesso ao Acervo Digital (seja via fone, e-mail ou pessoalmente)? No que consistiu?

Daniéle e Janilton: “No máximo três contatos. As dificuldades no acesso ao Acervo Digital são demonstradas em virtude de limitações do relacionamento do usuário com a arquitetura da ferramenta.”

A resposta denotou dúvida por parte dos envolvidos quanto ao número de vezes que teriam sido questionados ao uso do site, no entanto foram assertivos ao declarar a dificuldade em utilizar a ferramenta, que utiliza do aplicativo ICA-Atom para disponibilização e descrição dos processos crime. Destaca-se que na página inicial do Acervo Digital, além de um breve histórico da implementação do site, informações sobre os conteúdos disponíveis, há também um *link* que direciona para o Manual do usuário. No site, há inclusive a opção para “Acesso ao conteúdo”, que ajuda a realizar uma pesquisa básica, disponível em língua inglesa, no primeiro momento, mas que pode ser alterado para português ou qualquer outra língua conforme escolha do usuário.

Quarta pergunta: Já ocorreu de o pesquisador buscar a cópia física mesmo tendo acessa o Arquivo Digital? Por que?

Daniéle e Janilton: “Sim, cinco vezes desde o ano de 2011, pela mesma dificuldade em interpretar o mecanismo de busca. Observou-se também que alguns usuários têm resistências em pesquisar em acervos digitais, preferindo o manuseio dos originais.”

Mais uma vez, os participantes apontam a dificuldade encontrada por alguns usuários em utilizar a base de dados. Como aborda Jardim (2002:4, apud Mariz, 2012), “trata-se no caso, de construir uma interface amigável e interativa, que traduza as funções das instituições arquivísticas na diversidade de um ambiente como a internet”. Por outro, lado, por desconhecimento de quem eram estes usuários, e como os participantes apontam, a resistência em pesquisar na base dados, deveria ser investigada, para se entender se é originária do próprio site, como por exemplo, a forma que os processos são colocados à disposição dos usuários.

Como por exemplo, o acesso aos processos que é feito por uma página por vez, necessitando abrir uma nova guia, a cada página que pretende ler. Como abordado no capítulo 2, em que se apresenta um histórico da implementação do site do Acervo, os mesmos podem ser baixados pelo usuário e são facilmente encontrados se tiver a disposição um dos itens utilizados na descrição, como os nomes dos envolvidos ou número do processo, encontrando rapidamente um processo específico.

Quinta pergunta: Como você avalia a contribuição do trabalho realizado para o ICA-AtoM para os usuários externos e para a equipe do Arquivo?

Daniéle e Janilton: “Não conseguimos delimitar a importância do trabalho, uma vez que além de facilitar o acesso de quem já é usuário, ampliou a dimensão do público alvo. Usuários de todo o mundo têm acesso aos processos crime da Comarca de Santa Maria/RS (1910 a 1946) e à aproximadamente seiscentas fotografias da cidade e região.”

O lançamento do Acervo Digital em 2013 foi um passo muito importante para a visibilidade da instituição e parte de seu acervo. Aos pesquisadores foi dado mais uma forma de acesso a dois relevantes conjuntos documentais que contam a história da cidade. No entanto, a base de dados não sofreu nenhuma

atualização desde sua implementação, alguns usuários apresentaram resistência em utilizar a ferramenta ICA-AtoM, optando por pesquisar nos documentos originais presentes na sede, o que mostra que mesmo os processos estando disponíveis na íntegra para o acesso on-line, há ainda uma dificuldade em acessá-los, conforme apontam Daniéle e Janilton.

5.3 A EXPERIÊNCIA DE PESQUISAR NO ACERVO DIGITAL

O acesso ao Acervo Digital do AHMSM é realizado no *site* do Arquivo (Figura 10), pelo ícone “Acervo digital”, o qual redireciona para a base de dados (Figura 11).

Figura 10 – Página inicial do *site* do AHMSM



Fonte: Disponível em: < <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/>>. Acesso em 11 set. 2019.

Logo na primeira página da base de dados é apresentando um breve histórico da implementação do site, informação sobre o conteúdo disponível e demais informações técnicas sobre o ICA-AtoM, o aplicativo utilizado para a descrição.

Figura 11 – Página inicial da base de dados do Acervo Digital do AHMSM



Fonte: Disponível em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/index.php/> Acesso em: 11 set. 2019.

A facilidade no acesso é possível devido à característica do ICA-Atom, que é voltado para uso na *web*, através de um navegador de internet, além de ser multilíngue, ou seja, podem ser traduzidos para vários idiomas. No caso do AHMSM, além da versão em português, a base de dados apresenta versões em inglês e espanhol.

Na mesma página inicial da base de dados (Figura 12) no lado esquerdo, são apresentadas alternativas para a pesquisa do usuário, como a pesquisa a partir das descrições arquivísticas, dos registros de autoridades, das instituições arquivísticas, locais, assuntos e representantes digitais.

Figura 12 – Menu de navegação do Acervo Digital



Fonte: Disponível em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documento/index.php/> Acesso em: 11 set. 2019.

Um outro campo utilizado para a pesquisa é o “buscar” que fica no alto da página, logo abaixo do título do *site* (conforme consta na Figura 12). Nele, o usuário insere o termo desejado, podendo ainda optar pela busca avançada, na qual pode inserir filtros a sua pesquisa a fim de apurar seus resultados.

Todos esses mecanismos de pesquisa foram empregados a fim de facilitar a navegação, pois o processo de busca é similar aos que os usuários já são familiarizados, como os *sites* de busca como Google, Yahoo, Bing, entre outros. O usuário, portanto, está habituado a “garimpar” informações, porém em outras bases. Lúcia Maria Velloso de Oliveira, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, em entrevista de vídeo, ao ser questionada sobre as mudanças que a sociedade da informação provoca em instituições ligadas à preservação e memória, afirma que:

[...] quando ele [o usuário] busca uma informação numa instituição ele já chega com essa educação na informática, ele já chega com esse (sic) essa cultura da tecnologia, então as nossas instituições...elas vão manter a sua missão de preservar e dar acesso, mas elas têm que criar uma série de mecanismos para absorver esse usuário que não é necessariamente um novo usuário, é o mesmo usuário, com uma demanda, uma necessidade de ter uma informação, de ter um acesso a um documento mas que (sic)com uma cultura diferente. (OLIVEIRA, 2019).

Em 2009, antes da implementação da base de dados, como resultados de sua Monografia de Especialização em Gestão em Arquivos da UFSM¹⁶, Daniéle Xavier Calil, que é diretora do AHMSM, apontou quatro perfis do usuário do AHMSM, sendo eles: estudantes, formando a maioria de pesquisadores, seguido de professores, militares e o cidadão comum. A pesquisa demonstrou ainda que havia pouca utilização do acervo documental para pesquisa e que as causas seriam a falta de um instrumento de pesquisa específico e o desconhecimento do acervo.

¹⁶ CALIL, D. X. **Estudo do usuário do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: um caminho indicativo para a proposição de ações de difusão arquivística.** 2009. 138 p. Monografia (Especialização em Gestão de Arquivos EaD)- Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polênise, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1694>>. Acesso em: 27 set. 2019.

Atualmente sabe-se que o Arquivo Histórico disponibiliza inúmeros instrumentos de pesquisa aos seus usuários, além da possibilidade de consulta remota pelo *site* o que garante o acesso simultâneo de usuários com diferentes perfis e demandas.

Focalizando-se na pesquisa de processos crime, é possível localizá-los na base de dados por meio do código de referência¹⁷, título, número do processo, registro de autoridades, por exemplo, como os nomes dos envolvidos (réu /ou vítima), nome do escrivão e nome de entidade coletivas, data, entidade produtora, assunto ou local, para isto basta inserir uns desses termos no campo “buscar” ou através do menu de navegação como visto na figura 12, já apresentada, caso o pesquisador não tenha direcionado sua pesquisa a algum processo específico e esteja por exemplo, apenas consultando o conteúdo de forma livre.

Após a escolha do processo, se a pesquisa for feita, por exemplo, pelo nome de uns dos envolvidos, o resultado aparecerá como pode ser visto na Figura 13, pois o termo inserido “VICTÓRIA” é utilizado no título do processo número um, umas das unidades de descrição arquivística relacionadas a este processo.

¹⁷ Código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 14).

Figura 13 - Resultados da pesquisa do termo “VICTÓRIA”



Fonte: Disponível em: <http://web2.santa-maria.rs.gov.br/arqui_vohistorico/sistema_descricao_documentoal/index.php/?search?q=VICT%C3%A9RIA>. Acesso em 11 set. 2019.

Após esta etapa, a página seguinte remete à descrição propriamente dita, de acordo com a configuração do ICA-AtoM, com os campos de descrição definidos pela Instituição e os representantes digitais (Figura 14), ou seja, as imagens em formato JPEG (extensão .jpg), de todas as páginas de cada processo, acessadas uma a uma, podendo serem salvas em qualquer computador ou “baixadas”, e divulgadas desde que reconhecida a autoridade e pertença da entidade custodiadora, por meio da frase “Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria”. Nesta página que se tem acesso a todas as informações do processo, o usuário tem acesso aos representantes digitais situados no lado esquerdo e os elementos de descrição, como pode ser visto na Figura 14, destacados no lado direito.

Figura 14 - Página de acesso ao processo 02

Fonte: Disponível

em: <http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/index.php/rosalina-soares;isad>. Acesso em: 03 out. 2019.

Para leitura dos processos, o usuário pode clicar e selecionar diretamente no objeto digital, como destacado na Figura 14, a imagem de cada página do processo que abrirá em uma nova guia do navegador, dificultando a leitura pois ocasiona a demora no carregamento das imagens dos processos. Cada processo tem em média mais de 70 páginas, ou seja, são mais de 70 imagens que precisarão ser carregadas separadamente em uma guia do navegador, exigindo do usuário uma boa conexão com a internet, devido ao carregamento das imagens.

De modo geral, o *site* permite consulta tanto para o investigador que tem definido seu objeto de pesquisa, que sabe quais processos vai acessar ou que provavelmente já tenha acessado os processos em suporte em papel e busca uma outra alternativa para continuar a estudá-los. O site também é pensando para o usuário comum que vai acessar o acervo pela primeira vez para ter conhecimento de seu conteúdo ou por simples curiosidade. No entanto para ambos são apresentados alguns entraves como, por exemplo, a falta de um

recurso ou filtro que permita a seleção de processos de acordo com o crime investigado ou pelo gênero do réu ou da vítima e até mesmo um resumo da investigação criminal e seu desfecho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa teve como objetivo geral verificar a usabilidade da descrição arquivística para a pesquisa da criminalidade feminina por meio dos processos criminais do AHMSM disponíveis no Acervo Digital. Primeiramente, de acordo com a metodologia adotada, foi realizada a seleção dos processos pertencentes ao recorte temático e temporal da pesquisa.

O estudo apontou que as mulheres descritas nos 14 processos eram opostas ao estereótipo feminino da época, da mulher submissa e frágil, as rés em sua maioria, eram mulheres solteiras ou viúvas, brancas, que realizavam afazeres domésticos, que circulavam pelas ruas sozinhas a fim de conseguir seu próprio sustento e que não ficavam caladas diante das humilhações sofridas. Em 60 % dos casos foram absolvidas confirmando o baixo índice de crimes cometidos por elas entre os anos de 1910 a 1946.

Num segundo momento, por meio da aplicação de um questionário sobre a utilização do Acervo, percebeu-se que a criação do *site* e do Acervo tinha como principal objetivo ampliar o acesso a usuários distantes geograficamente da cidade, o que contribuiria para as mais diversas pesquisas. No entanto, o questionário apontou que a dificuldade relatada por alguns usuários deveria ser mais investigada, visto que os usuários já estão familiarizados com ferramentas de busca *on-line* e ainda assim apresentam resistência em utilizar a ferramenta, além disso desde sua implementação, o Acervo não havia sofrido nenhuma atualização em seu conteúdo.

Entende-se que as dificuldades relatadas nesta pesquisa podem ser superadas por meio de projetos e investimentos que visem complementar o modo como o Acervo Digital pode ser consultado, que é uma base de dados muito útil à pesquisa de grande parte do acervo AHMSM, de modo *on-line*. O lançamento do *site* e do Acervo em 2013 foi um primeiro passo importante para a instituição, pois parte de seu acervo pode ser acessado por qualquer usuário do mundo, inclusive com a descrição disponibilizada em outros idiomas, favorecendo o acesso de pesquisadores internacionais.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO HISTÓRICO 1

Prezada,

Sou acadêmica do 7º semestre do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, no momento estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso, com orientação da professora Dr^a Fernanda Kieling Pedrazzi. Minha pesquisa limita-se aos processos crime pertencentes ao Fundo Comarca de Santa Maria disponibilizados no Acervo Digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Focalizo meu estudo nos processos que abordam investigações criminais em que somente mulheres foram as réis. A problemática consiste em investigar: “qual a importância da descrição arquivística para a pesquisa da criminalidade feminina em Santa Maria-RS, nos anos de 1910 a 1946?”. E para complementação deste estudo gostaria de contar com a participação da Diretora do Arquivo, respondendo os questionamentos a seguir. Desde já, grata pela atenção!

1- Quem faz a manutenção do Acervo Digital?

2- Houve alguma melhoria na forma de pesquisa do Acervo Digital do AHMSM desde sua implementação? Qual?

3- Você já recebeu contato referente ao modo de pesquisa, reportando alguma dificuldade no acesso ao Acervo Digital (seja via fone, e-mail ou pessoalmente)? No que consistiu?

4- Já ocorreu de o pesquisador buscar a cópia física mesmo tendo acesso o Arquivo Digital? Por que?

5- Como você avalia a contribuição do trabalho realizado para o ICA-AtoM para os usuários externos e para a equipe do Arquivo?

Atenciosamente,

Aline Guterres.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE O ACERVO DIGITAL DO ARQUIVO HISTÓRICO 2

Prezado,

Sou acadêmica do 7º semestre do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, no momento estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso, com orientação da professora Dr^a Fernanda Kieling Pedrazzi. Minha pesquisa limita-se aos processos crime pertencentes ao Fundo Comarca de Santa Maria disponibilizados no Acervo Digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Focalizo meu estudo nos processos que abordam investigações criminais em que somente mulheres foram as réis. A problemática consiste em investigar: “qual a importância da descrição arquivística para a pesquisa da criminalidade feminina em Santa Maria-RS, nos anos de 1910 a 1946?”.

E para complementação do estudo, gostaria de contar com a sua participação na pesquisa, justamente por ser umas das pessoas responsáveis pela implementação do Acervo Digital e do catálogo genérico dos processos crime. Assim, caso confirme sua participação, fico no aguardo para que responda aos questionamentos a seguir. Desde já, grata pela atenção!

1 - Quem faz a manutenção do Acervo Digital?

2- Houve alguma melhoria na forma de pesquisa do Acervo Digital do AHMSM desde sua implementação? Qual?

3- Você já recebeu algum pedido de informação sobre o funcionamento do ICA-AtoM advindo do próprio Arquivo ou diretamente de algum usuário que teve dificuldades? No que consistiu?

4- Há alguma possibilidade de facilitar o manuseio dos processos digitalizados via internet que ainda não chegou a ser implementada? O que seria? Por que não foi implementada?

5- Caso se desejasse pesquisar os crimes cometidos por mulheres que foram condenadas por eles e ocorridos em Santa Maria entre 1910-1920, como o usuário devia proceder?

6- Como você avalia a contribuição de seu trabalho para os usuários externos e para o próprio Arquivo?

Atenciosamente.

APÊNDICE C – FICHA DE ANÁLISE DOS PROCESSOS CRIMINAIS**ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA****FUNDO: PROCESSOS CRIMINAIS****CAIXA:****NÚMERO:****PROCESSO:****DATA:****RÉ:****CRIME:****RESUMO:** _____

CONSTAM: _____

PALAVRAS-CHAVE:-

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Página inicial**. Santa Maria, [2012?]. Disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Acervo Digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**. Santa Maria, [201-]. Disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistemadescriçãodocuments/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 2 p. 23-79.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. O arquivista na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. 11 de outubro de 1890, 2º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. LEI N.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 08 de jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CALIL, D. X. **Estudo do usuário do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria: um caminho indicativo para a proposição de ações de difusão arquivística**. 2009. 138 p. Monografia (Especialização em Gestão de Arquivos EaD)- Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polênise, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1694>>. Acesso em: 27 set. 2019.

CAMARGO, E. R. R. **Guia de Fontes: Acervos Fotográficos de instituições de Santa Maria, RS**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/dag/images/Fotosnoticias/Guia%20fotografico%20de%20Santa%20Maria%202017.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CAMPOS, P. F. de S. A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, v. 4 n. 1, 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 24 out. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. -Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>. Acesso em 15 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Recomendações para digitalização de documentos de arquivísticos permanentes**. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Edusp, 2001.

FAUSTO, L. da S. A importância da descrição arquivística dos processos criminais para a história das mulheres Santamarienses no Estado Novo, RS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

FAUSTO, L. da S. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Santa Maria], 10 out. 2019. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4796044622592909>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. DEL PRIORE, M. (Org); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 510-553.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRINBERG, K. A história nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, C. B; LUCA, T. R. de. **O Historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. cap. 5, p. 119-139.

GUERRA, M. L. Arquivo Histórico de SM terá parte do acervo digitalizado. Apresentação das propostas aconteceu nesta quarta-feira (29). 2012. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/5254-arquivo-historico-de-sm-tera-parte-do-acervo-digitalizado-apresentacao-das-propostas-aconteceu-nesta-quartafeira-29>>. Acesso em: 16 set. 2019.

ISMERIO, C. **Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)**. Bagé: Ediurcamp, 2018. 112 p.

JACQUES, V. Arquivo Histórico de Santa Maria abre programação dos 55 anos, com lançamento de site e marca. 2013. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/7613-arquivo-historico-de-santa-maria-abre-programacao-dos-55-anos-com-lancamento-de-site-e-marca>>. Acesso em: 29 set. 2019.

KUSHNIR, B. Memória e hiperconectividade. **[Entrevista disponibilizada em 08 de agosto de 2019, a Internet]**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MultiRio/videos/413101325994375/>>. Entrevista concedida a Flavia Lobo Antunes. Acesso em 23 set. 2019.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 64 p. (Projeto Como fazer, 6).

MARIZ, A. C. A. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 168 p.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, J. F. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Santa Maria], 14 nov. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1866467551152261>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

NUNES, J. F. **Fundo Comarca de Santa Maria (1910-1946): A digitalização como auxílio ao acesso e a preservação do patrimônio documental**. 166 p. 2014. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, L. M. V. de. Memória e hiperconectividade. **[Entrevista disponibilizada em 08 de agosto de 2019, a Internet]**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MultiRio/videos/413101325994375/>>. Entrevista concedida a Flavia Lobo Antunes. Acesso em 23 set. 2019.

PADOIN, M. M.; BORIN, M. R. **Guia Preliminar de fontes**. [S.1.: s.n.], 1997.

PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. DEL PRIORE, M. (Org); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 278-318.

RODRIGUES, T da C. **Mulheres na sociedade gaúcha: de 1900 a 1950 - Região Central do Rio Grande do Sul**. 2007. 58 f. Monografia (Especialização em História do Brasil)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SAMARA, E. de M.; TUPY, I. S. S. T. **História & Metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, R. B. P. da. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Santa Maria], 17 dez. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1759320519151953>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SILVA, R. B. P. da. et al. **Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**. Santa Maria, 2017.

SILVA, T. M. G. da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Revista Politeia**: revista eletrônica de história e sociedade, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, ago. 2010. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3871>>. Acesso em: 08 set. 2019.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. DEL PRIORE, M. (Org); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 362-399.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manancial – Repositório Digital da UFSM**. SANTA MARIA, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/>>. Acesso em: 05 ago. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Dissertações e Teses**: Estrutura e Apresentação. SANTA MARIA, RS, BRASIL: UFSM, 2015.

VÍVAR, J. E. E.; SILVA, R. B. P. da; KONRAD, G. V. R **Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**. 1. ed. [S.1.: s.n.], 1999.